

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
COLÉGIO DE APLICAÇÃO**



**PROJETO POLÍTICO  
PEDAGÓGICO  
2019**

**Florianópolis, novembro de 2019.**

## SUMÁRIO

1.	Introdução	3
2.	Histórico do Colégio de Aplicação	4
3.	Justificativa	7
4.	Pressupostos Filosóficos	8
4.1	Natureza	10
4.2	Finalidade	10
4.3	Filosofia	11
4.4	Objetivos	11
5.	Fundamentos Metodológicos	12
5.1	Concepção de Educação	12
5.2	Concepção de Currículo	12
5.3	Pilares do Currículo	14
5.4	Concepções de Criança, Adolescente e Juventude	15
6.	Unidade da Diversidade: as práticas pedagógicas	17
6.1	Os projetos	17
6.2	Atividades Permanentes	35
6.3	Reorganizações Curriculares	44
7.	Níveis e Modalidades de Ensino	46
7.1	Educação Básica	47
7.2	Educação Especial	47
7.2.1	Atendimento Educacional Especializado	47
7.2.2	Língua Brasileira de Sinais	50
8.	Composição Curricular	53
8.1	Ensino Fundamental I	53
8.2	Ensino Fundamental II	54
8.3	Ensino Médio	55
9.	Da avaliação do Rendimento Escolar	56
9.1	Sistema de Avaliação do processo de ensino-aprendizagem	56
9.2	Da Recuperação de Estudos	59
9.3	O Conselho de Classe	59
9.4	Conselho de Classe Participativo	60
9.5	Da Revisão do Resultado do Conselho de Classe	61
10.	Estrutura Organizacional	61
10.1	Estrutura Física	61
10.2	Estrutura Administrativa: Constituição	64
11.	Referências	66
Anexo 41	Histórico de construção do PPP do CA	68

## 1. Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394/96, ao ser promulgada encontrou o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, com muitas inovações que já estavam incorporadas à estrutura curricular e à dinâmica do ensino-aprendizagem, como resultantes de discussões em diversos momentos pedagógicos.

Nos períodos que sucederam a efetivação da referida Lei, o Colégio realizou atividades de caráter didático-pedagógico, entre elas, a avaliação institucional. O trabalho realizado para o conhecimento da realidade onde atuamos exigiu um aprofundamento teórico-metodológico, numa perspectiva de construção de uma proposta pedagógica consciente e coerente.

Nos debruçamos sobre a realidade, examinando, interpretando, analisando para enfim, descobrir saídas por onde se possa trilhar, foi desafiador e envolvente. Desafiador porque encontramos barreiras criadas pelo “clã reprodutor da sociedade de classes”; e envolvente, por se tratar de um projeto que significa ter consciência daquilo que se quer, ou seja, explicitação de que queremos uma escola pública, democrática e de qualidade.

De posse dos dados tabulados e analisados foram realizados encontros de planejamento estratégico e congressos temáticos com a participação dos quatro segmentos da comunidade escolar: pais, docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. Este processo foi moroso em função do número de participantes e dos espaços a serem planejados no calendário escolar, que oportunizassem a realização da dinâmica exigida para a efetivação desse trabalho.

A preocupação com a participação de todos é algo que decorre dos valores democráticos, e foi uma constante nesse trajeto para gerar o envolvimento dos segmentos da escola, no sentido de que os mesmos precisam ter seus interesses, vontades e seus valores levados em conta. A nosso ver, participar implica, inevitavelmente, algum mecanismo de influência sobre o poder.

A escola que se quer democrática precisa definir antecipadamente uma nova qualidade que, entre outras, priorize questões da organização escolar – uma organização que altere a realidade que se apresenta, a partir da realidade encontrada. Este foi o principal desafio desse trabalho: abrir perspectivas e oferecer elementos à reflexão e ao estudo dos envolvidos para que o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina se transformasse numa nova escola.

Vencida essa jornada de discussões e deliberações, estamos apresentando o Projeto Político-Pedagógico do Colégio dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais emanados da LDB e do Conselho Nacional de Educação. E, inovar é audacioso. Tornar-se-á efetivo? O futuro dirá, mas é preciso ter em mente Maria Alice Setubal, quando afirma:

*“O projeto de escola não começa de uma só vez, não nasce pronto. É, muitas vezes, o ponto de chegada de um processo que se inicia com um pequeno grupo de professores, com algumas propostas bem simples, e que se amplia, ganhando corpo e consistência. Nesse trajeto, ao explicar propósitos e situar obstáculos, os educadores vão estabelecendo relações, apontando metas e objetivos comuns, vislumbrando pistas para melhorar a própria atuação. Estão, assim, tecendo, no coletivo, o projeto que será um fio articulador para o trabalho de toda a escola, na direção que se pretende”. (SETUBAL, 1995)*

## **2. Histórico do Colégio de Aplicação**

O Colégio de Aplicação foi criado em 1961, sob a denominação de Ginásio de Aplicação, com o objetivo de servir de campo de estágio destinado à prática docente dos graduandos matriculados nos cursos de Didática, Geral e Específica, da Faculdade Catarinense de Filosofia-FCF. Nesse período, o funcionamento das Faculdades de Filosofia Federais foi regulamentado pelo decreto-lei nº 9.053 de 12/03/46 que determinava que as mesmas tivessem um ginásio de aplicação destinado à prática docente dos alunos matriculados naqueles cursos.

O funcionamento do curso ginásial foi requerido em 31/07/59, pelo então diretor da FCF, Professor Henrique da Silva Fontes e, em 15 de março de 1961 foi concedida a autorização para o funcionamento condicional por meio do Ato n.º 5 da Inspeção Seccional de Florianópolis. No entanto, somente em 17 de julho, o ofício nº. 673 do Diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura ratifica o Ato n.º 5 da Inspeção Seccional de Florianópolis e autoriza o funcionamento condicional do Ginásio de Aplicação, pelo período de quatro anos e passa a se integrar ao Sistema Federal de Ensino.

Inicialmente, foi implantada apenas a 1ª série ginásial, e a cada ano subsequente foi sendo acrescentada uma nova série até completar as quatro séries do ciclo ginásial. O número de turmas por série manteve-se constante até 1967, quando foram compostas três turmas da 1ª série ginásial. Em 1968, foram formadas duas turmas de 1ª e 2ª séries ginásiais, e por implantação progressiva, em 1970, havia duas turmas por série.

No ano de 1970 foi substituído o nome Ginásio de Aplicação para Colégio de Aplicação - CA, e o colégio passou a ter a primeira série do segundo ciclo, com os cursos Clássico e Científico. As demais séries do atual, Ensino Médio, foram implementadas gradativamente nos anos seguintes.

Em 1980, foi acrescentado aos cursos já existentes o Ensino Fundamental com a implementação de oito turmas, duas, no turno matutino e vespertino, para cada uma das quatro séries iniciais.

Os alunos que frequentavam, até então, o Colégio de Aplicação eram filhos de professores e servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Santa Catarina.

A partir da Resolução n.º 013/CEPE/92, ficou estabelecido o número de três turmas por série, com 25 alunos cada uma. O ingresso de alunos no Colégio passa a ocorrer via sorteio aberto à comunidade.

Enquanto escola experimental, o Colégio tem proporcionado o desenvolvimento de experiências pedagógicas e estágios supervisionados para os cursos de Licenciatura e Educação, segundo as exigências da Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, LDB.

A partir de 2007 foi implementado o Ensino Fundamental de nove anos. Inicialmente com uma turma e em 2008 com as outras duas turmas.

Atualmente o Colégio de Aplicação, inserido no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, é uma unidade educacional que atende duas etapas da Educação Básica: o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Ele funciona em prédio próprio, no Campus Universitário, e está localizado no Bairro da Trindade, município de Florianópolis.

O Colégio de Aplicação segue a política adotada pela Universidade Federal de Santa Catarina que visa atender à trilogia de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Atualmente o CA funciona em período semi-integral, conforme aprovado no 1º Congresso Temático do Projeto Político Pedagógico.

As turmas de alunos, de **2019**, estão distribuídas da seguinte forma:

Séries	Número de Turmas
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	15
Anos Finais do Ensino Fundamental	13
1º ano a 3º ano do Ensino Médio	10
Total de Turmas	38

--	--

Os anos iniciais, ensino fundamental I, funcionam em dois turnos, a saber:

- a) 1º ao 3º ano: vespertino, das 13h20min às 17h40min.
- b) 4º e 5º ano: matutino, das 07h30min às 11h50min.

Os anos finais, ensino fundamental II, a distribuição ocorre da seguinte forma:

- a) 6º ano: das 13h às 17h50min, contando neste turno com três aulas de educação física, num total de 130 minutos, e duas aulas compartilhadas, chamadas de grupo de estudo. Além disso, concentrou-se em uma única manhã uma aula, para realização da recuperação de estudos, de cada uma das disciplinas.
- b) 7º e 8º ano: das 13h30min às 17h50min. Além disso, há no contra turno: três aulas de educação física, num total de 130 minutos, que ocorrem em dois momentos distintos e, a recuperação de estudo, uma aula por disciplina, é distribuída ao longo da semana.
- c) 9º ano: das 13h30min às 17h50min. No contra turno há duas aulas de artes e três de educação física, num total de 130 minutos, bem como a oferta de uma aula, por disciplina, para a realização da recuperação de estudos, sendo realizadas ao longo da semana.

É importante ressaltar que há uma preocupação da instituição, em especial da comissão de horário, em alocar as aulas de recuperação de estudos de forma mais condensada possível, buscando articulação com as atividades curriculares obrigatórias (artes e educação física, por exemplo), para assim minimizar a quantidade de dias que o estudante precisa vir para o colégio.

O ensino fundamental II funciona principalmente no turno vespertino com a seguinte distribuição:

- a) 6º ano:

2ª a 6ª feira

Nº. aulas	Tempo/Relógio
2 (faixas)	13h às 14h20min
1	14h20min às 15h05min
recreio	15h50min às 16h20min
1	16h20min às 17h05min
1	17h05min às 17h50min

b) 7º ano, 8º ano e 9º ano

2ª a 6ª feira

Nº. aulas	Tempo/Relógio
1	13h30min às 14h20min
1	14h20min às 15h05min
1	15h05min às 15h50min
recreio	15h50min às 16h20min
1	16h20min às 17h05min
1	17h05min às 17h50min

O ensino médio funciona, principalmente, no período matutino com a seguinte distribuição:

- a) 2ª e 4ª feira: das 07h30min às 12h30min – 7 aulas de 40 minutos
- b) 3ª, 5ª e 6ª feira: das 07h30min às 12h15min – 6 aulas de 45 minutos

No período vespertino são ministradas três aulas de educação física, num total de 130 minutos, para os três anos do ensino médio, uma aula de Artes para o 1º ano e duas aulas de Língua Portuguesa/Literatura para o 3ºano. Para, além disso, é disponibilizada uma aula para recuperação de estudos para cada disciplina, mantendo a mesma preocupação, ou seja, de condensar e minimizar os dias que o estudante precisa vir para o colégio.

### 3. Justificativa

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que tem a finalidade de orientar a escola nas suas atividades diárias de forma sistemática, científica, consciente, participativa, democrática, enfatizando os seus princípios norteadores.

Ele se insere neste campo como um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, (re)construído e utilizado por aqueles que desejam efetivamente a mudança. Mudar a prática educativa implica alterar concepções enraizadas e, sobretudo, sentir a fragilidade de nossa teoria, de nossa organização, enfim, apontar para a existência de outros condicionantes.

A sociedade promove uma multiplicidade de motivações, fazendo com que os projetos sejam realizados, sejam eles contraditórios ou conflitantes. O projeto seria um meio de comunicação, expressão, articulação de interesses, objetivos, inspirações, sentimentos. É um instrumento dinâmico e de acordo com Ciavatta (2005) “está sendo elaborado permanentemente, reorganizando a memória do indivíduo, dando-lhe novos sentidos e

significados, o que repercute em sua identidade”. Assim sendo, a dinâmica dos projetos e a construção de identidades, mantêm o passado em permanente reconstrução.

O Projeto Político-Pedagógico é o plano global da escola. Deve ser entendido como a sistematização, nunca definitiva de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. É um importante caminho para a construção da identidade da escola. É um instrumento teórico-metodológico que expressa às opções da escola, as propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do que vem sendo realizado e o que se quer colocar em prática do que foi projetado.

Portanto, a identidade que cada escola e seus dirigentes, professores, servidores técnico-administrativos, pais e alunos constroem é um processo dinâmico, sujeito a constantes avaliações e reformulações relativas às novas vivências, às novas teorias de educação, às relações que estabelecem.

Não podemos desconsiderar as condições materiais e sociais da escola, pois ela não está dissociada da sociedade, enfrentando profundas mudanças sociais. Da mesma forma, os professores vêm enfrentando desafios para a construção de sua própria existência humana e social, nela também incluídas as atividades que realizam no processo de trabalho da sua prática docente.

A compreensão destas implicações, no desenvolvimento da prática educativa na escola torna-se relevante para o entendimento da escola, como lugar de espaço-tempo em que se vive e se é profundamente afetado pela sociedade humana, que nele foi e está internalizado.

Assim, é possível pensar que estarão abertas as possibilidades para a construção de uma práxis capaz de transformar as relações sociais existentes na sociedade e, entre elas, aquelas que se dão na escola.

#### **4. Pressupostos Filosóficos**

Em meio à crise paradigmática caracterizada pela globalização, pela exigência de um novo perfil profissional, pelo pluralismo, pela multiculturalidade, os discursos de autonomia, cidadania e participação ganham força. Nesta perspectiva, a instituição escolar sente necessidade de abrir espaço à participação da comunidade na discussão e construção do seu Projeto Político Pedagógico. Este é o momento em que a comunidade escolar se torna agente ativo de construção de uma escola democrática.



De acordo com Gadotti (1997) a construção de uma escola que seja democrática, pública e popular, deve estar pautada nas seguintes afirmativas:

- A escola não é o único espaço de aquisição do saber elaborado, também aprendemos em outros espaços e com outros agentes.
- Não existe um único modelo de ação educativa, cada escola tem suas próprias contradições e precisa encontrar seus próprios caminhos, por isso a importância da experimentação pedagógica e de mentes abertas para o novo.
- A Educação para todos supõe todos pela educação, ou seja, todos não terão acesso à educação enquanto todos não se interessarem por ela.
- Grandes mudanças exigem esforço contínuo e solidário nas pequenas ações. As pequenas mudanças podem dar sustentação para as mudanças estruturais.

O Projeto Político Pedagógico deve ser entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola em dois níveis: na organização do trabalho escolar como um todo e na organização do trabalho de sala de aula.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, como um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

A organização do trabalho escolar é baseada nos princípios da gestão democrática. Neste sentido, é apenas em meio ao diálogo e à criatividade que a comunidade escolar encontra seu próprio meio de organizar-se e gerir este trabalho. Uma vez definido que a comunidade escolar participa da elaboração do projeto, definem-se os seus eixos norteadores.

Esta proposta de trabalho exige uma mudança de mentalidade dos membros da comunidade escolar. Afinal, constitui-se em um processo democrático de tomada de decisões, com o objetivo de organizar o trabalho pedagógico no sentido de reconhecer os conflitos, buscando a superação das relações competitivas e autoritárias e diminuindo a fragmentação do trabalho escolar.

O Projeto Político Pedagógico da escola facilita a consolidação da elaboração mútua e o exercício de construção coletiva, ao mesmo tempo em que se desencadeiam as experiências inovadoras que já estão acontecendo na escola. Para a concretização do projeto é fundamental que a responsabilidade do mesmo não recaia sobre a direção da escola, visto que uma gestão democrática implica na socialização do poder.

Assim, a escola que almeja realizar uma ação pedagógica coerente com as finalidades que persegue deve criar um espaço de discussão coletiva com o intuito de analisar se o trabalho que vem desenvolvendo está propiciando atingir as finalidades e os objetivos traçados por ela. Quando as finalidades da escola são construídas e definidas a partir de discussões realizadas no coletivo da comunidade escolar a possibilidade de atingi-las é maior, pois estas foram traçadas de acordo com os interesses da maioria da comunidade escolar.

O sucesso do colégio no alcance de suas finalidades está intimamente relacionado aos princípios que fundamentam a organização do seu trabalho pedagógico, ou seja, a escola que estabelece e persegue suas finalidades norteadas pelos princípios de gestão democrática e autônoma estará mais próxima de propiciar uma formação coerente com suas finalidades.

Sendo assim, a comunidade do Colégio de Aplicação definiu os seguintes princípios norteadores:

#### **4.1. Natureza**

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, autorizado pela Portaria nº 673, de 17 de julho de 1961 da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação, órgão integrante do Centro de Ciências da Educação, situado no Campus Universitário, é uma escola experimental mantida<sup>1</sup> pela UFSC, integrada ao Sistema Federal de Ensino, objetivando o desenvolvimento de experiências pedagógicas e estágios supervisionados para os cursos de Licenciatura e Educação, segundo as exigências da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) e Resoluções exaradas pelo Conselho Nacional de Educação.

#### **4.2. Finalidade**

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina tem por finalidade:

- a) Servir de campo de observação, pesquisa, experimentação, demonstração e aplicação de métodos e técnicas de ensino, de acordo com a legislação vigente;
- b) Proporcionar a prática de ensino aos acadêmicos dos cursos de Licenciatura e Educação e os estágios supervisionados do Centro de Ciências da Educação, de acordo com a

---

<sup>1</sup>O CA tem matriz orçamentária própria e também se utiliza de outros setores mantidos pela UFSC.

Resolução nº 061/CEPE/96, podendo ainda atender solicitações pertinentes ao ensino Fundamental e Médio dos demais centros da Universidade Federal de Santa Catarina;

- c) Desenvolver práticas e produzir conhecimentos em função de uma melhor qualidade de ensino, estendendo-os à comunidade;
- d) Formar cidadãos livres, conscientes e responsáveis;
- e) Instrumentalizar o educando para uma atuação crítica e produtiva no processo de transformação e construção consciente de uma sociedade justa, humanitária e igualitária.

### **4.3. Filosofia**

O Colégio de Aplicação, inserido na Universidade Federal de Santa Catarina, se propõe a ser um colégio experimental onde se desenvolvem práticas e se produzem conhecimentos em função de uma melhor qualidade de ensino. O Colégio de Aplicação exerce também a função de campo de estágio supervisionado para acadêmicos dos cursos de Licenciatura e Educação de universidades e institutos federais. Mas, acima de tudo, o Colégio de Aplicação é uma escola que se propõe à produção, construção e apropriação crítica do conhecimento com o fim de instrumentalizar a responsabilidade social e a afirmação histórica dos educandos, contribuindo também para a expansão de sua personalidade.

A filosofia norteadora da ação pedagógica do Colégio de Aplicação tem sua origem e seu fim na prática social concreta. O contexto histórico-social no qual vivem docentes e educandos constitui o fundamento do trabalho do Colégio de Aplicação.

### **4.4. Objetivos**

O Colégio de Aplicação tem como objetivo geral proporcionar a construção, produção e apropriação crítica do conhecimento com o fim de instrumentalizar a responsabilidade social e a afirmação histórica dos educandos.

Os objetivos específicos visam:

- a) Propiciar os conhecimentos necessários para instrumentalizar o educando na sua atuação, tornando-o crítico e produtivo no processo de transformação no mundo e na conseqüente construção de uma sociedade justa, humanitária e igualitária;
- b) Possibilitar ao educando a vivência de práticas democráticas concretas para que este possa desenvolver-se como sujeito livre, consciente e responsável na construção coletiva de sua realidade histórica.

c) Proporcionar e desenvolver atividades de pesquisa e extensão que contribuam tanto melhoria do ensino quanto para formação continuada dos docentes.

Neste sentido, desencadear o processo de discussão e sistematização da reestruturação curricular, a partir dos princípios norteadores, implica em fazer a articulação entre as duas estruturas que compõem a organização escolar, ou seja, a pedagógica e a administrativa.

## **5. Fundamentos Metodológicos**

### **5.1 Concepção de Educação**

A concepção de educação, expressa em um PPP, deve explicitar e se ocupar de outros saberes que são por demais significativos. Morin (2000) destaca os sete saberes necessários à educação do futuro, quais sejam:

- As cegueiras do conhecimento: o conhecimento sempre está ameaçado pelo erro e pela ilusão;
- Os princípios do conhecimento pertinente: a educação deve discutir os processos que resultam no acesso às informações sobre o mundo e como articulá-las, organizá-las e perceber e conceber o contexto local, regional, mundial e as relações entre o todo e as partes;
- Explicar a condição humana: o ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico. Essa unidade complexa é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas;
- Explicar a identidade terrena;
- Enfrentar a incerteza: as ciências permitiram que adquiríssemos muitas certezas, mas igualmente revelaram, ao longo do século XX, inúmeras incertezas. A educação deve ocupar-se de formar cidadãos capazes de conviver com a imprevisibilidade do futuro;
- Explicar a compreensão: ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade;
- A ética do gênero humano: a educação deve explicar as relações indivíduo, sociedade, espécie, pois as relações entre os indivíduos produzem a sociedade, a qual retroage sobre os mesmos indivíduos e a espécie.

### **5.2 Concepção de Currículo**

A proposta pedagógica que orienta as práticas cotidianas no Colégio de Aplicação é embasada em uma concepção crítica de currículo que oportunize a apropriação e a produção

do conhecimento, guiada por uma constante reflexão que envolva a comunidade escolar a respeito dos fatores internos e externos que influenciam a seleção e a organização dos conteúdos curriculares. Isso implica uma visão crítica dos parâmetros que estão direcionando esse conhecimento e exigem clareza e domínio da área específica, reflexão constante a respeito dos grandes desafios presentes na prática social atual, bem como a inclusão de questões como relações étnico-raciais e de gênero, saúde, trabalho, violência, desigualdade social, miséria, avanços da ciência e da tecnologia, direitos humanos e defesa do meio ambiente. Esta proposta deve, também, oportunizar a flexibilidade curricular e seu alcance quanto às adequações e adaptações curriculares necessárias.

Nesse sentido, o currículo é concebido como um conjunto integrado e articulado de práticas, pedagogicamente referenciadas a partir de uma determinada visão de humanidade, de educação, de mundo, de sociedade, de cultura, de ciência, de trabalho e de lazer. A organização dessas práticas deve promover a construção e a reconstrução do conhecimento, com vistas ao desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade, a partir da organização curricular interdisciplinar e do contexto social nas questões que envolvem a inclusão no seu sentido mais abrangente. Em outras palavras, pressupõe processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar.

Esses são os eixos que darão as coordenadas para compreender e promover a relação dos educandos e educadores com o conhecimento, uma vez que a escola considera que toda a comunidade escolar é capaz de aprender e compreender que as relações e interações sociais estabelecidas são fatores de apropriação do saber.

Nessa perspectiva, a concepção de currículo acima exposta é referência para definir e possibilitar alternativas pedagógicas, as quais nortearão a ação docente no que se refere à realização de projetos e à produção de intervenções didáticas diversificadas, no intuito de fomentar as várias aprendizagens dos educandos, oferecendo-lhes possibilidades e oportunidades de desenvolver suas potencialidades.

O Colégio de Aplicação, ao se colocar como escola experimental que privilegia a diversidade pedagógica, propõe-se investir em práticas e organizações curriculares que atendam às diferenças e às necessidades de todos, tendo em vista os aspectos cognitivos, sociais, culturais e emocionais. Para tanto, este enfoque pressupõe um processo permanente de formação dos profissionais que compõem a comunidade escolar.

A diversidade pedagógica do colégio possibilita a implementação de procedimentos didático-pedagógicos e práticas de avaliação diferenciadas. Possibilita também uma

organização curricular que contemple a integração dos diferentes saberes, áreas do conhecimento e componentes curriculares.

A prática da iniciação científica, implementada a partir dos anos iniciais do ensino fundamental do colégio, proporciona acesso ao conhecimento científico e desenvolve o interesse pela ciência e pelas relações entre os conceitos científicos e a vida. Esses procedimentos metodológicos de pesquisa apoiam-se no envolvimento pessoal, no esforço intelectual, na formulação de questões e na busca de soluções.

Para possibilitar a formação de seres humanos críticos, capazes de tomar decisões, estabelecer julgamentos sociais e agir no seu contexto sócio histórico, destaca-se a importância da utilização de estratégias pedagógicas que levem em conta os multiletramentos, como: produção textual em diferentes linguagens, projetos de trabalho, pesquisas de campo, viagens de estudo, entre outras.

O Colégio de Aplicação, como escola da educação básica, desenvolve a alfabetização e o letramento a partir do entendimento de que são processos interdependentes, indissociáveis e contínuos. A formação do leitor crítico, capaz de interpretar e ressignificar sentidos de diversos textos, a partir de sua realidade e de seus conhecimentos de mundo, deve ser o objetivo norteador do ensino de todas as disciplinas, fazendo do educando um coautor, um sujeito capaz de reconstruir o conhecimento e posicionar-se diante de diferentes discursos que circulam socialmente.

### **5.3 Os Pilares do Currículo**

#### **Alfabetização e Letramento**

Consideramos que Alfabetização e Letramento não são duas coisas distintas, mas, ao contrário, são ações “inseparáveis”, que se constituem numa relação dialética. Mais do que expor a oposição entre os conceitos de “alfabetização” e “letramento”, Soares (2004) valoriza o impacto qualitativo que este conjunto de práticas sociais representa para o sujeito, extrapolando a dimensão técnica e instrumental do puro domínio do sistema de escrita: Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. “Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se *Letramento* que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos” (Ribeiro, 2003, p. 91).

Para Magda Soares “a Alfabetização, corresponderia ao processo pelo qual se adquire uma tecnologia – a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-la para ler e escrever. Dominar tal tecnologia envolve conhecimentos e destrezas variados, como compreender o funcionamento do alfabeto, memorizar as convenções letra-som e dominar seu traçado, usando instrumentos como lápis, papel e outros que os substituam. Já o termo Letramento, relaciona-se ao exercício efetivo e competente daquela tecnologia da escrita, nas situações em que precisamos ler e produzir textos reais. Segundo Soares (2004) alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita”.

### **Interdisciplinaridade**

A interdisciplinaridade, antes de tudo, valoriza a disciplina. Esta é condição para aquela. Veiga Neto (2010) defende, na escola, uma “tensão” que alterne a interdisciplinaridade com a disciplinaridade. Para que se possa pensar em momentos mais pluri/interdisciplinares ou mesmo disciplinares é fundamental que exista um *diálogo* entre as Disciplinas/Núcleos Disciplinares.

### **Iniciação Científica (IC)**

A prática da iniciação científica implementada desde os anos iniciais do ensino fundamental proporcionará acesso ao conhecimento científico e despertará interesse pela ciência e pelas relações entre os conceitos científicos e a vida.

### **Formação de Leitores**

A leitura e a formação de leitores é um compromisso de todas as áreas do conhecimento permeada em todos os segmentos.

## **5.4 Concepções de Infância, Criança e Juventude**

A implantação do ensino fundamental de nove anos introduz a criança nos anos iniciais do ensino fundamental aos seis anos de idade. Isto não apenas altera a organização do ensino fundamental, mas, principalmente, requer uma reestruturação curricular, haja vista que não é apenas o acréscimo de um ano escolar, nem muito menos a transposição pura e simples do último ano da educação infantil para o ensino fundamental. Ou seja, a forma de

organização dos anos iniciais tem que ser o resultado de uma concepção de criança e de infância e não o contrário.

No esforço de discutir os conceitos de criança e infância é fundamental considerar o percurso percorrido até chegarmos à compreensão que vivenciamos. Nesse sentido, alguns elementos devem contribuir com esta reflexão:

- O conceito de infância e criança vem passando por inúmeras mudanças, pois na medida em que a sociedade se modifica, modifica-se também a forma como a sociedade a concebe.
- Na Grécia antiga não havia especificação para nomear criança ou jovem.
- Na Idade Média não havia distinção entre adultos e crianças, não havia em separado um mundo da infância. As crianças compartilhavam os mesmos espaços, festas e situações que os adultos.
- Com advento da industrialização, além da ida da mulher para o mercado de trabalho, temos a ida da própria criança para o trabalho nas fábricas.
- Com a criação dos sistemas nacionais de ensino, demanda de um novo modelo de sociedade que se concretizava, as Escolas passam ser um lugar para o atendimento das crianças, nesse período ainda se cria as primeiras instituições destinadas à Educação Infantil, caracterizadas como instituições de cunho compensatório, ou assistencialista. - “Somente em épocas comparativamente recentes veio a surgir um sentimento de que as crianças são especiais e diferentes, e, portanto, dignas de serem estudadas por si sós” (HEYWOOD, 2004).
- O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) sinaliza:
  - “As crianças possuem uma natureza singular que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio e utilizam as mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que procuram desvendar”. (BRASIL, 1998)
- Na modernidade a psicologia investiu nessa discussão juntamente com a pedagogia. As crianças começaram então a ser considerada em função de sua faixa etária, por características de ordem biológica, psicológica/cognitiva.

E hoje? Considerando todo o processo histórico, algumas concepções mudaram, outras permanecem, ainda que veladas. Alguns dos discursos correntes em relação à criança a consideram como:

- Sujeito de pouca idade?
- Sujeito de direitos?
- Sujeito de direitos com respaldo legal?



Dayrel (2007), ao discutir a relação entre a(s) juventude(s) e a escola, defende a tese de que as tensões existentes entre o jovem e a escola são um produto das mudanças ocorridas, nas últimas décadas, na sociedade ocidental. Argumenta, ainda, que devemos “mudar o eixo da reflexão das instituições educativas para os sujeitos jovens”.

Afirma ele que “quando o ser humano passa a se colocar novas interrogações, a pedagogia e a escola também têm de se interrogar de forma diferente”.

Neste sentido devemos nos perguntar:

- Quem é este aluno/jovem?
- Que saberes trazem para a escola?
- Quais são seus anseios, medos e “referências culturais”?

A partir das respostas a estas questões devemos buscar uma valorização do Protagonismo Juvenil e de como incorporar, ao currículo escolar, os elementos culturais da(s) juventude(s).

## **6. Unidade da Diversidade: as práticas pedagógicas**

Conforme o Artigo 2º da Portaria n.º 959 do Ministério da Educação, de 27 de setembro de 2013, o CA constitui-se em uma escola de referência para o desenvolvimento indissociável de ensino, pesquisa e extensão, com foco em inovações pedagógicas e na formação docente inicial e continuada. Essa natureza possibilita a realização de práticas pedagógicas diversificadas, que podem ser originadas por projetos de ensino, pesquisa e extensão; por atividades permanentes; e/ou por reorganizações curriculares. Essas práticas devem ser analisadas e referendadas pelos órgãos ou instâncias competentes.

### **6.1. Os projetos**

Os projetos de ensino, pesquisa e extensão devem ser apresentados de acordo com a legislação vigente. Atualmente o Colégio de Aplicação desenvolve os seguintes projetos:

1. Cheiro Verde no Quintal da Escola (Anexo 1)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Mariza Konradt de Campos e Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria Elza de Oliveira Lima

2. Chuá – Esportes no CA (Anexo 2)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Paula Pereira Rotelli

3. Clube do Xadrez – uma proposta brincante (Anexo 3)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Márcia Maria Bernal

4. ComTATO – Realização de poemas em arte plástica para pessoas cegas e pessoas com baixa visão (Anexo 4)

Coord. Prof. José Alvim Almeida da Silveira

5. Curso de Capacitação para a prática pedagógica inclusiva nas escolas (Anexo 5)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Ciriane Jane Casagrande da Silva

6. Cultura Digital e Direitos Humanos: conexão escola-mundo (Anexo 6)

Coord. pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thereza Cristina Bertazzo Silveira Viana

7. Genética no esquema: uma abordagem ilustrativa (Anexo 7)

Coord. Prof. Dr. Alberto Vinicius Casimiro Onofre

8. Grupo de Teatro do Colégio de Aplicação UFSC – Segue Reto Toca Cena (Anexo 8)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Nara Micaela Wedekin

9. Investigação de notícias para o Ensino de Química do CA/UFSC (Anexo 9)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ana Karina

10. Labrinca e jogos eletrônicos ((Anexo 10)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Pós-Dr.<sup>a</sup> Leila Lira Peters

11. Libras + (Anexo 11)

Coord. Prof. Ricardo Heberle

12. Literatura contemporânea e a sala de aula (Anexo 12)

Coord. Prof. Pós-Dr. João Nilson Pereira de Alencar

13. + Matemática (Anexo 13)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iara Zimmer

14. Melodrama e imaginário moderno no periodismo brasileiro do século XX (Anexo 14)

Coord. Prof. Dr. George Luiz França

15. Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica (Anexo 15)

Coord. Prof. Ms. Márcio Marchi

16. Oficina Extracurricular de Artes Visuais – ERA: Experimentação e Reflexão em Arte (Anexo 16)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sheila Luzia Maddalozzo

17. O corpo em movimento: uma proposta de dança teatro na escola (Anexo 17)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Lia Alarcon Lima

18. Organização, Criação e Adaptação de Materiais e Recursos Pedagógicos para Estudantes da Educação Especial do CA/UFSC (Anexo 18)

Coord. Ms. Eloisa Barcellos Ferreira de Lima.

19. PAE: Grupo de Estudos Arte na Escola Polo UFSC (Anexo 19)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabíola Cirimbelli Búrigo Costa

20. Procura-se um leitor (Anexo 20)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Arlyse Silva Ditter

21. Proposta de Atividades Mediadas por animais no Colégio de Aplicação a partir da cinoterapia (Anexo 21)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Gomes Camargo

22. Respirando Cheiro Verde: desenvolvendo as habilidades cognitivas e emocionais (Anexo 22)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Mariza Konradt de Campos e Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria Elza de Oliveira Lima

23. Todo mundo conta histórias: crianças, professores e famílias tecendo e partilhando suas narrativas – 2<sup>a</sup> edição (Anexo 23)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Marília Gabriela Petry

24. Indicação e elaboração de recursos de Tecnologia Assistiva: Uma proposta de intervenção multidisciplinar para estudantes com deficiência no ambiente escolar (Anexo 24)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Josiane Eugênio

25. “UBUNTU – Existir coletivamente através da consciência interseccional” (Anexo 25)

Coord. Everton Correa

26. Um caminho diferente para aprender a ler e escrever (Anexo 26)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Mariza Konradt de Campos e Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria Elza de Oliveira Lima

## **6.2. Atividades permanentes:**

As atividades permanentes regulamentadas pela normativa N.º 004/CA/2004, podem ser curriculares ou extracurriculares. Atualmente o Colégio de Aplicação conta com as seguintes atividades permanentes:

1. Arte na Escola (Anexo 27)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabíola Cirimbelo Búrigo Costa

2. Coral Infante Juvenil do Colégio de Aplicação (Anexo 28)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria Cristiane Deltregia Reys

3. Pés na Estrada do Conhecimento: Iniciação Científica na Escola (Anexo 29)

Coord. Prof. Dr. José Carlos da Silveira

4. Projeto Córdoba (Anexo 30)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Danusa Meneghello

5. Espaço Estético CAUFSC (Anexo 31)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Dr. Fabíola Cirimbelli Búrigo Costa

6. Capoeira da Ilha – Na Roda da Vida: Capoeira e Resistência (Anexo 32)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Danuza Meneghello

7. Sobre Tudo (Anexo 33)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Dr. Fernanda Muller

8. Brinquedoteca LabrinCA (Anexo 34)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Pós Dr.<sup>a</sup>. Leila Lira Peters

9. Confraria Literária do Colégio de Aplicação – Incentivo à Leitura e Ativismo Cultural (Anexo 35)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Arlyse Silva Ditter

10. Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Life (Anexo 36)

Coord. Prof.<sup>o</sup> Dr. *Hamilton* de Godoy Wielewicki

11. PASCH

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Cassia Sigle (Anexo 37)

12. X Intercâmbio Acadêmico-Cultural CA/UFSC CAp/UFGS - Projeto Tchê-Mané (Anexo 38)

Coord. Prof.<sup>o</sup> Tomás Figueiredo Fontan

13. Moodle no Colégio de Aplicação/UFSC (Anexo 39)

Coord. Prof.<sup>a</sup>. Ms. Sandra Madalena Pereira Franke

14. Coletivo Lixo Zero (Anexo 40)

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Marina Guazzelli Soligo

### 6.3. Reorganizações curriculares

As reorganizações curriculares podem ser propostas pelas disciplinas, anos, áreas e/ou segmentos, assim como por comissões designadas para este fim. Tais organizações também podem ser oriundas de mudanças legislativas. Atualmente o Colégio de Aplicação possui as seguintes organizações curriculares:

Título	Plano de Ação
--------	---------------

Estudos Latino-Americanos	Duas aulas no 8º ano do ensino fundamental e duas aulas no 1º ano do ensino médio.
Iniciação científica	Duas aulas no 3º, 4º e 5º ano e no 9º ano do ensino fundamental.
Sociologia	Duas aulas do 9º ano do ensino fundamental e duas aulas em todo ensino médio.
Filosofia	Duas aulas em todo ensino médio.
Literatura	Duas aulas no contra turno para os 3º anos do ensino médio.
Laboratório	Duas aulas compartilhadas entre Biologia e Química nos 1ºs anos do ensino médio.
Libras	Uma aula no 1º, 2º, 3º ano e duas aulas no 4º e 5º ano do ensino fundamental.
Artes	Divisão de turmas, oficinas e projeto de artes nos 1º anos do ensino fundamental. <sup>2</sup>

<sup>2</sup> No CA/UFSC a disciplina de Arte, subdividida em três linguagens, Artes Visuais, Música e Teatro, possui uma Normativa que regulamenta a metodologia empregada, tendo em vista o aspecto laboratorial da disciplina. Assim, as turmas são divididas entre os professores e trabalham em salas ambientes equipadas de acordo com as características das aulas práticas de cada uma das linguagens. As aulas de Arte são ministradas do primeiro ano do Ensino Fundamental até o primeiro ano do Ensino Médio, quer simultaneamente, quer de forma alternada, como segue:

1º ano do ensino fundamental: Desde 2012, as três linguagens acontecem simultaneamente para as três turmas. Cinco professores participam desse projeto interdisciplinar, dois de Artes Visuais, dois de Teatro e um de Música.

2º ano do ensino fundamental: Nos anos de 2018 e 2019, a disciplina implementou num projeto piloto a mesma ação interdisciplinar do 1º ano nesta série, ou seja, as três linguagens acontecem simultaneamente para as três turmas de segundo ano, cujas aulas ocorrem ao mesmo tempo. Seis professores participam atualmente desse projeto interdisciplinar, dois de Artes Visuais, dois de Teatro e dois de Música. Esse projeto piloto foi possível, pela presença de um professor substituto de Música. Com a volta do professor efetivo que se encontra em afastamento para formação, o 2º ano voltará a ter apenas as linguagens de Artes Visuais e Teatro no currículo.

3º ano Fundamental: Linguagem de Música, com dois professores.

4º ano Fundamental: Linguagem de Artes Visuais, com dois professores.

5º ano Fundamental: Linguagem de Teatro, com dois professores.

6º ano Fundamental: Linguagem de Música, com dois professores.

7º ano Fundamental: Linguagem de Artes Visuais, com dois professores.

8º ano Fundamental: Linguagem de Teatro, com dois professores.

9º ano Fundamental: As três linguagens acontecem simultaneamente para as três turmas de nono ano, cujas aulas ocorrem ao mesmo tempo, no contraturno. Aqui não há ação interdisciplinar e o número de professores é definido em função do número de estudantes, de maneira a compor turmas de 12 a 15 alunos. Os estudantes optam pela linguagem desejada.

Grupo de Estudos	Duas aulas no 6 <sup>a</sup> ano.
------------------	-----------------------------------

## 7. Níveis e Modalidades de Ensino

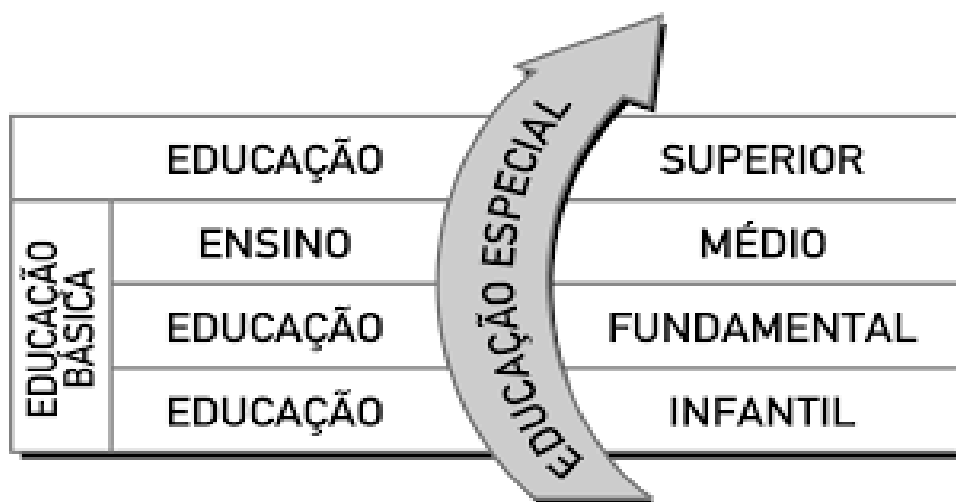
De acordo com o Art.21 da LDB os níveis de Ensino da educação escolar compõem de:

I - Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - Educação superior.

O Colégio de Aplicação é uma instituição voltada para o Nível de Educação Básica oferecendo o Ensino fundamental de 9 anos e Ensino Médio.

Dentre as modalidades de ensino, segundo Brasil (2006) tendo como base o Parecer CNE/CEB N° 2/2001 afirma que a Educação Especial perpassa de modo transversal todos os níveis e modalidades da educação, conforme o quadro abaixo:



### 7.1 Educação Básica

Anos Iniciais/Ensino Fundamental I
------------------------------------

1º ano Ensino Médio: As três linguagens acontecem simultaneamente para todas as turmas do 1º ano do Ensino Médio, cujas aulas ocorrem ao mesmo tempo, no contraturno. Aqui não há ação interdisciplinar e o número de professores é definido em função do número de estudantes, de maneira a compor turmas de 12 a 15 alunos. Os estudantes optam pela linguagem desejada.

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
--------	--------	--------	--------	--------

Anos Finais/Ensino Fundamental II			
6º ano	7º ano	8º ano	9º ano

Ensino Médio		
1º ano	2º ano	3º ano

## 7.2 Educação Especial

De acordo com o Decreto 7.611/2011 em seu art. 2 “a Educação Especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização” dos estudantes público alvo da Educação Especial. O público alvo da Educação Especial de acordo com o Art. 4º da Resolução 04/2019 se define como:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

### 7.2.1 Atendimento Educacional Especializado - AEE e Docência na Educação Especial

De acordo com a Resolução nº 04/2009 o “AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Em seu parágrafo único, “consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou

mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços”.

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns. No Art. 6º esclarece que em casos de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos estudantes, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar.

Os alunos com altas habilidades/superdotação terão suas atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no âmbito de escolas públicas de ensino regular em interface com os núcleos de atividades para altas habilidades/superdotação e com as instituições de ensino superior e institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes e dos esportes.

Em conformidade com o art.10 da mesma resolução, o Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino deve prever na sua organização alguns elementos. Estes elementos são descritos a seguir:

I – Sala de Recursos Multifuncionais: Há no CA atualmente 2 salas de recursos multifuncional para realização de AEE. Nelas constam recursos didáticos, jogos diversos, materiais e equipamentos de tecnologia assistiva, baixa visão, cegueira, em LIBRAS e tátil. Há também computadores, adaptadores, mobiliário adaptado e espaço físico apropriado para a oferta deste atendimento.

II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria instituição: o AEE é ofertado a todos os estudantes público alvo da Educação Especial matriculados no ensino regular, em casos onde a família optar pela sua não realização, deverá preencher termo que justifique a opção, podendo em qualquer momento solicitar que seja realizado;

III – cronograma de atendimento aos estudantes: De acordo com a Proposta atual do CA, os estudantes com deficiência gozam de no máximo 2 horas/aula de AEE semanal em contra turno que são definidos em conjunto com a família e equipe pedagógica;

IV – plano do AEE: é realizado pelos professores que atuam no atendimento visando a identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V – professores para o exercício da docência e do AEE: atualmente o CA conta com 15 docentes da disciplina de Educação Especial efetivas.



VI – outros profissionais da educação: há tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, Professores de LIBRAS e estagiários de acessibilidade que atuam no apoio, principalmente às atividades de comunicação, alimentação, higiene e locomoção. O CA conta com 2 docentes na disciplina de LIBRAS efetivos;

VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. Para formar esta rede de apoio a instituição conta com Pedagogas da Educação Especial, Profissionais da terapia ocupacional, da psicologia, da fonoaudiologia, da enfermagem, do serviço social.... Ainda, tendo como tripé o ensino, a pesquisa e a extensão, com grupos de estudos e pesquisas que visam contribuir para melhorias na área da Educação Especial.

Nesse sentido, é preciso ressaltar, de acordo com o Parágrafo único (art.10) de tal resolução já citada anteriormente (res.04/2009) “Os profissionais referidos no inciso VI atuam com os alunos público alvo da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários”.

A docência dos professores de educação especial não delimita-se ao espaço de sala de recursos multifuncional, uma vez que, de acordo com a legislação que prevê a atuação destes profissionais nas instituições educativas preconiza que o trabalho desenvolvido no AEE deve ser articulado com o trabalho realizado no ensino regular, podendo para tanto, haver a organização de docência articulada e compartilhada neste espaço de sala de aula regular como componente fundamental para se pensar a acessibilidade e estratégias de aprendizagem bem como, a organização e realização do AEE.

No ano de 2019, à docência de Educação Especial consiste em dois tipos de trabalhos:  
I- Trabalho em regime de co-docência nas turmas dos anos iniciais, que apresentem alunos que requeiram a atuação de professor da Educação Especial e compartilhar das responsabilidades pedagógicas com o professor em sala;

II-Trabalho em ensino colaborativo de co-docência com o aluno em sala de aula ou em outros espaços em que sejam desenvolvidas as práticas pedagógicas, nas turmas dos anos finais e ensino médio, onde houver estudantes com deficiências, transtornos, altas habilidades/superdotação, cujas necessidades específicas justifiquem a presença de professor da Educação Especial;

Os Estudantes que são atendidos pelas docentes de Educação Especial que atuam com a co-docência e Ensino Colaborativo são definidos pela Comissão de execução da

Metodologia de Trabalho com os estudantes público alvo da Educação Especial composta por membros de todos os seguimentos do CA com base nos critérios definidos na Proposta Pedagógica Inclusiva do CA.

### **7.2.2 Língua Brasileira de Sinais - Libras**

O profissional que atua com tradução e/ou interpretação é capaz de versar um texto, seja de modo oral ou escrito, de uma língua fonte para uma língua alvo. Nem sempre este profissional é contratado para atender uma demanda de partes com diferentes nacionalidades, por vezes, ele pode trabalhar dentro de seu país com duas línguas diferentes. Em nosso país quem trabalha com o par linguístico Libras e Língua Portuguesa atende a comunidade surda brasileira. O termo tradução refere-se a ação de trabalhar com um texto pronto, traduzindo-o e possibilitando uma nova publicação em outra língua (tradução de atividades e materiais para alunos surdos que demandam de tempo para pesquisar e analisar termos ou conceitos), e a interpretação está ligada com o ato de versar o texto no instante em que ele é produzido (em reuniões no momento que interpreta-se o diálogo posto em português para Libras sinalizando ou em seu oposto vocalizando), seja de maneira consecutiva, que pontua-se a fala e espera que se termine o bloco de informações para depois interpretar, ou simultaneamente, enquanto o discurso acontece a interpretação é realizada paralelamente. O Colégio de Aplicação atende a legislação vigente que admite o ensino de Libras como disciplina curricular, a qual é ministrada por professores surdos. Os intérpretes que trabalham na instituição prestam seus serviços na disciplina de Libras, visando a comunicação necessária entre surdos e ouvintes; bem como nas reuniões de série, reuniões do Colegiado, Conselho de Classe, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e em sala de aula regular acompanhando alunos surdos, dentre outras demandas. O intérprete educacional é aquele que atua no âmbito da educação, que traduz e interpreta levando em consideração os aspectos estruturais e as relações sociais, afetivas e culturais que permeiam o ambiente escolar. Responsável por atuar em todas as demandas pedagógicas, sejam dentro ou fora de sala de aula. Atribuição do profissional: Segundo o Edital N° 252/DDP/2013 (Alterado conforme retificação n° 261 e 266/DDP/2013) Tradutor e Intérprete efetivo na Universidade Federal de Santa Catarina de nível D tem por responsabilidade traduzir e interpretar a linguagem dos Sinais. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Segundo o Edital N° 050/2018/DDP (Publicado no DOU n° 113, Seção 3, páginas 66 e 67, em 14/06/2018) o profissional contratado de nível E tem por responsabilidade traduzir, na

forma escrita, textos de qualquer natureza, de um idioma para outro, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretar oralmente, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos e formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes; tratar das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nota de esclarecimento: o profissional de nível D é responsável pelo trabalho no ensino fundamental, enquanto o profissional de nível E trabalha com o ensino fundamental, médio e superior. 1 Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 que dispõe sobre Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, no artigo 28 do capítulo IV (direito à educação). Funções do profissional: - aprimorar sua competência referencial e tradutória; - interpretar as aulas da disciplina de Libras; - interpretar todas as aulas de alunos surdos matriculados no CA; - interpretar as reuniões solicitadas; - interpretar no AEE quando demandado; - traduzir materiais requisitados; - estabelecer uma relação de apoio quando trabalhar em dupla; - estabelecer diálogo com os professores ouvintes/surdos sobre as demandas específicas de aprendizagem e possibilitar a reflexão da escolha de abordagens metodológicas para discentes surdos/ouvintes; - estudar com antecedência o conteúdo a ser interpretado; - conscientizar o corpo escolar de seu papel como intérprete em relação a pluralidade da comunidade surda; Observação: Não é de responsabilidade do intérprete adaptar ou criar materiais didáticos. Orientações: Em todas as situações é válido lembrar que: - é muito importante para os intérpretes que estes recebam previamente os materiais das aulas e pautas das reuniões, para que assim se preparar e estudar com vocabulários que possam surgir nestes diferentes contextos; - os intérpretes se comprometem em manter sigilo do e sobre o material entregue previamente e proferido durante as reuniões, não repassando-o em hipótese alguma. E da mesma forma, se comprometem em não repassar nenhuma das informações que ocorrem no colégio para o público externo, prezando pela ética profissional do intérprete regida pela FEBRAPILS - Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais; - sempre que o intérprete estiver oralizando a sinalização do professor/a ou aluno/a surdo/a, e este usar a fala em primeira pessoa, isso significa que é a fala do professor/a ou aluno/a. O “eu” neste caso, não se refere a opinião ou explanação do intérprete. Ele apenas está fazendo a sua função da incorporação do discurso; - o trabalho de interpretação do par linguístico Português/ Libras é uma função cognitiva que envolve duas

línguas de modalidades distintas (português como oral/auditiva e Libras como visual/espacial) além de também ser um trabalho corpóreo (envolvendo esforço físico braçal). Dessa forma há necessidade de revezamento entre os profissionais, sendo que os intervalos de atuação ocorrem normalmente de 15 em 15 minutos, justificando assim o trabalho em dupla e a troca de profissionais nos turnos de voz e sinalização; - durante o trabalho em dupla acontece o revezamento dos intérpretes e o apoio, a função de apoio tem por objetivo auxiliar o colega que está trabalhando em seu turno, seja por meio de sinais ou palavras, para que não ocorra redução na qualidade do serviço prestado, portanto, quem está em turno de “descanso” permanece acompanhando o processo cognitivamente para colaborar na interpretação quando necessário; - para um bom andamento das atividades é necessário ver ou ouvir com clareza o que se é dito e por este motivo há algumas situações que inviabilizam o bom andamento do trabalho. São elas: Duas ou mais falas acontecendo ao mesmo tempo; tons baixos de voz ou proferir sem pensar na expansão vocálica necessária; piadas, histórias ou situações contadas a um grupo minoritário que impossibilita a interpretação e gere situação de anseio ao surdo por não poder saber o que foi compartilhado; - a entrada da equipe em uma reunião pode acontecer anteriormente, após ou concomitante a chegada do surdo, por este motivo sempre haverá uma situação complicada com o número de pessoas que chega ao ambiente, é importante salientar que os lugares que ocuparão serão de escolha da equipe e do surdo e não é necessário que os demais membros daquele grupo se mobilizem sem que seja expresso este pedido; - toda a demanda a ser atendida deve ser encaminhada via e-mail [interpretes.ca@contato.ufsc.br](mailto:interpretes.ca@contato.ufsc.br) e as informações de trabalho serão respondidas pela equipe em até 3 dias úteis; - o horário dar-se-á viabilizando o tempo em sala de aula, tempo de plantão de atendimento e tempo de estudo; - o tempo de estudo será de 15% de sua carga horária semana.

As ações educacionais direcionadas aos alunos que apresentam deficiências, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação perpassam e não se limitam ao ambiente de sala de aula. O Colégio de Aplicação reconhece como imprescindível às ações de caráter multiprofissional que atendam as especificidades de todo o grupo.

## **8. Composição Curricular**

### **8.1. Ensino Fundamental I**

Anos Iniciais	Carga Horária Semanal (Hora-aula)	
	1º ano	2º ano
Disciplinas		
Artes	3	2
Educação Física	3	3
Português <sup>3*</sup>	6	6
Matemática*	6	6
Ciências Humanas*	3	3
Ciências da Natureza*	2	2
Libras	1	1
Literatura Oral*	1	2

Anos Iniciais	Carga Horária Semanal (Hora-aula)		
	3º ano	4º ano	5º ano
Disciplinas			
Artes	2	2	2
Ciências Humanas*	3	3	3
Ciências da Natureza*	2	2	2
Educação Física	3	3	3

<sup>3\*</sup> As disciplinas sinalizadas são realizadas pelas professoras de Educação Geral.

Libras	1	2	2
Literatura Oral*	1	1	1
Matemática*	5	5	5
Português <sup>4*</sup>	6	5	5
Iniciação Científica*	2	2	2

## 8.2. Ensino Fundamental II

Anos Finais	Carga Horária Semanal (Hora-aula)			
	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
Disciplinas				
Artes	2	2	2	2
Ciências	4	2	2	3
Educação Física	3	3	3	3
Estudos Latinos Americanos	-	-	2	-
Geografia	2	3	3	3
Grupos de Estudos – Aulas compartilhadas	2	-	-	-
História	3	3	3	3
Línguas Estrangeiras: Inglês, Francês, Espanhol, Alemão	4	3	3	3

<sup>4</sup> No terceiro ano, uma das seis aulas será realizada pela professora de Educação Geral que atua na Coordenação do segmento. A referida aula era anteriormente integrada a área de linguagem, com o ensino de Língua Estrangeira.

Matemática	5	5	4	4
Português	5	5	5	5
Iniciação Científica	-	-	-	2
Sociologia	-	-	-	2

### 8.3. Ensino Médio

Ensino Médio	Carga Horária Semanal (Hora-aula)		
	1º ano	2º ano	3º ano
Disciplinas			
Artes	1	-	-
Biologia	4	4	4
Educação Física	3	3	3
Estudos Latinos Americanos	2	-	-
Filosofia	2	2	2
Física	3	4	4
Geografia	3	3	3
História	3	3	3
Línguas Estrangeiras: Alemão, Espanhol, Francês e Inglês.	2	2	2
Matemática	4	4	4
Química	4	4	4

Sociologia	2	2	2
Português	4	4	4
Literatura Brasileira	-	-	2

## **9. Sistema de Avaliação do processo ensino-aprendizagem da Avaliação**

### **9.1. Da avaliação do rendimento escolar das características da avaliação**

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo que envolve o educando, o docente, a escola e os responsáveis, com o fim de diagnosticar, analisar, e se necessário repensar o processo de ensino-aprendizagem frente aos objetivos previstos.

A verificação do rendimento escolar, para fins de promoção, compreenderá a avaliação do aproveitamento do educando, bem como a apuração da assiduidade.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem das turmas dos anos iniciais do ensino fundamental será concebida em suas dimensões: formativa, diagnóstica, contínua e processual. Em uma concepção de avaliação formativa, compreende-se a criança como parte importante do processo e objetiva-se que a mesma tome consciência de suas aprendizagens ao longo do ano letivo.

Tal avaliação ocorrerá em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem e visarão o pleno desenvolvimento das ações educativas das crianças. Desta forma, com o propósito de atingir a proposta do Plano de Ensino, a avaliação contribuirá para direcionar o trabalho educativo, as práticas da professora e a identificação das necessidades de aprendizagens do grupo e de cada criança individualmente.

Considerando preliminarmente os critérios de avaliação do trimestre, estruturados em seus objetivos no Plano de Ensino, utilizar-se-ão instrumentos e medidas de avaliação que atendam a dinâmica mediadora e que privilegiem o processo, e não apenas o produto, nas várias manifestações das crianças em situação de aprendizagem, tais como: participação oral (debates), registros escritos grupais e individuais (atividades individuais, textos, relatos, trabalhos, projetos), capacidade de interação com seus pares e implicação nas diferentes atividades propostas. Momentos de autoavaliação também poderão ser contemplados, assim



como a análise das próprias produções para que a criança possa, aos poucos, tomar consciência do seu trabalho e do seu percurso de aprendizagem.

Nesse sentido, nos **anos iniciais** o registro de avaliação contemplará três elementos. O primeiro apresentará uma síntese do trabalho realizado pelas áreas, nomeado de “perfil da turma”. O segundo explicitará indicadores descritivos que contemplam a relação do aluno com cada indicador de avaliação por área. Os parâmetros de tais indicadores serão: Realiza Sozinho (RS); Realiza com Ajuda (RA); Realiza com Muita Ajuda (RMA); Ainda Não Realiza (ANR). O terceiro referirá a um breve texto que poderão abordar o detalhamento dos indicadores, os aspectos observados no processo de aprendizagem do aluno, como também sugestões ou encaminhamentos para a formação do aluno.

A avaliação dos **alunos com necessidades especiais** analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. O professor deve criar estratégias, tais como: ampliação do tempo para provas, trabalhos, adaptação dos materiais didáticos pedagógico, libras, material adaptado em Braille, tecnologia assistiva informática como prática cotidiana, entre outros.

O sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem será trimestral, para **o ensino fundamental e ensino médio**, devendo o docente realizar no mínimo, três avaliações ao longo de cada trimestre. A avaliação do processo ensino-aprendizagem poderá seguir outra periodicidade quando se tratar de projetos.

O rendimento escolar será avaliado pelo aproveitamento do educando, através de técnicas e instrumentos de avaliação diversos, tais como: observação diária do docente, trabalhos de pesquisa individual ou coletiva, testes, provas orais ou escritas, resoluções de exercícios, planejamento, execução e apresentação de experiências ou projetos, relatórios, trabalhos práticos, outras técnicas e/ou instrumentos que o docente julgar conveniente, sempre utilizados como meio de verificação que levem o educando ao hábito de pesquisa, à reflexão, à iniciativa e à criatividade.

Os critérios e instrumentos de avaliação deverão ser explicitados aos alunos previamente. Todo resultado de avaliação deverá ser mostrado aos educandos e as respectivas correções esclarecidas pelo docente, logo após a sua realização, para que os mesmos conheçam o seu desempenho.

O sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem adotado pela escola deverá ser explicado aos educandos e responsáveis, quando do ingresso na mesma.

Trimestralmente, as médias serão registradas por cada docente no sistema *CAPL Web*, cujo *link* de acesso é encontrado na página do CA, de acordo com prazos estipulados no Calendário Escolar e divulgados e divulgados, ao longo do ano, pela direção escolar.

A média trimestral deverá ser obtida por meio da média das avaliações de diferentes atividades realizadas no decorrer do processo ensino-aprendizagem e poderá ser expressa em notas de zero a dez ou em parecer descritivo. Estas serão registradas com a fração de décimos, quando for o caso, sem arredondamento, tanto para as avaliações de cada trimestre quanto para as Reavaliações Trimestrais. Este registro poderá ser expresso de forma diversa, quando se tratar de projetos.

No fim de cada trimestre será oferecido uma Reavaliação para todos os alunos que desejam melhorar seu desempenho individual. Neste caso, a média trimestral será recalculada da seguinte forma:

$$\frac{4x (\text{nota trimestre}) + 6 x (\text{nota reavaliação})}{10} = \text{nota do trimestre}$$

Da mesma forma, o professor pode utilizar-se dos mais variados instrumentos de avaliação, cabendo ao docente registrar a nota da reavaliação no sistema *CAPL Web* onde é obtido a média do trimestre. No caso deste resultado ser inferior à média obtida antes da reavaliação esta será preservada, ou seja, prejuízos são desconsiderados. O objetivo das reavaliações é melhorar o desempenho dos alunos.

Para ser aprovado, o estudante deverá obter média final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero). Além disso, deverá ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas conforme os termos da Lei 9.394/96.

A fórmula para determinar a média para a aprovação é:

$$\frac{(\text{nota } 1^{\circ} \text{Tri}) + (\text{Nota } 2^{\circ} \text{Tri}) + (2x \text{Nota } 3^{\circ} \text{Tri})}{4}$$

## 9.2 Da Recuperação de Estudos

O Colégio de Aplicação proporcionará recuperação de estudos durante o ano letivo, com a finalidade de melhorar o desempenho escolar dos educandos. Por isso, a recuperação de estudos é entendida como processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades ao educando para superar defasagens ao longo do processo ensino-aprendizagem, e será oferecida no transcorrer do próprio trimestre.

A prática de recuperação de estudos para suprir as defasagens do processo ensino-aprendizagem será adotada no transcorrer do próprio trimestre, de forma paralela e em horário oposto ao período de estudo do educando e será realizada no decorrer do trimestre para todos os estudantes.

As aulas serão ministradas por disciplina e por ano, em horário planejado e estabelecido pela comissão de horário. O professor tem liberdade para empregar metodologias diversas e estabelecer estratégias de recuperação para os educandos de menor rendimento.

É de responsabilidade do educando, bem como de sua família, conhecer o horário dessas aulas. A frequência não é obrigatória, mas tem registro no caderno do professor, bem como na ficha de acompanhamento individual, disponibilizada no acesso *on-line* e, alimentada pela inspetoria de alunos.

### **9.3. O Conselho de Classe**

O Conselho de Classe é um momento de reflexão, avaliação, decisão, ação e revisão do processo ensino-aprendizagem. Tem entre suas finalidades a de avaliar o desempenho escolar da turma e dos educandos individualmente, a relação docente/educando, o relacionamento entre os próprios educandos e questões referentes ao processo pedagógico, no decorrer de cada trimestre do ano letivo; a de encaminhar ações pedagógicas a serem adotadas, visando práticas de estudo alternativas que possibilitem melhorias no processo de ensino aprendizagem; e a de deliberar a respeito da avaliação final dos alunos, considerando o parecer do conjunto de docentes das disciplinas da turma.

Será constituído pelos docentes que atendem aos alunos da turma, pelo Orientador Educacional, pelos demais servidores técnico-administrativos em educação da Equipe Pedagógica que atuam junto à turma, pelo Coordenador de Ensino e por representantes dos estudantes, sob a coordenação do Coordenador de Ensino, do Orientador Educacional ou da Direção.

A participação dos estudantes se dará no primeiro momento do Conselho, quando será realizada a avaliação da turma.

As reuniões de Conselho de Classe deverão realizar-se com a presença de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Na impossibilidade de um dos participantes se fazer presente, deverá encaminhar à coordenação do Conselho de Classe os registros e a

decisão referentes à sua avaliação. Não havendo quórum para a realização do Conselho de Classe, o mesmo será cancelado e, posteriormente, será marcada nova data e horário.

Os encaminhamentos feitos em cada Conselho de Classe deverão ser levados à turma pelo Orientador Educacional, juntamente com os seus representantes.

O planejamento do Conselho de Classe deverá ser realizado em conjunto pela Coordenação de Ensino, Orientação Educacional e Direção de Ensino que estabelecerão a pauta contemplando os objetivos de cada trimestre.

#### **9.4 O Conselho Participativo**

O conselho participativo é um espaço de reflexão acerca das relações, dos processos de ensino-aprendizagem e do ambiente escolar, constituído por todos os discentes e docentes da turma e membros da equipe pedagógica, sob a coordenação, bem como a sistematização dos espaços sob responsabilidade da equipe pedagógica.

Deve ser um espaço centrado nos estudantes, garantindo a estes o espaço de fala, o direito à livre expressão e o respeito. Um espaço para promover a formação sociopolítica, cultural e pedagógica dos envolvidos no processo pedagógico levando-os a refletir e analisar aspectos relacionados às relações sociais no interior da escola e as relações de ensino-aprendizagem.

O Conselho Participativo será precedido por um encontro, denominado Pré-Conselho, entre os estudantes e a coordenação pedagógica, que tem por objetivo permitir aos estudantes fazer uma reflexão e análise coletiva acerca dos assuntos a serem apresentados, discutidos e trabalhados no Conselho de Classe.

#### **9.5 Da Revisão do Resultado do Conselho de Classe Final**

Será concedida revisão da nota/conceito final, com a rediscussão da decisão do Conselho de Classe final, em caso de divergência das notas atribuídas e das notas ratificadas pelo Conselho, por uma banca, designada pelo Vice-Diretor, composta por 3 (três) docentes, preferencialmente da disciplina ou de disciplinas afins para revisar o resultado final nas disciplinas nas quais o aluno reprovou ou analisar o desempenho do aluno, no ano letivo em curso.

A banca terá um prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas para analisar o recurso e emitir parecer qualitativo, mantendo ou modificando o resultado. Este parecer será apreciado por um Conselho de Classe Extraordinário com os docentes e equipe pedagógica do estudante, convocados especialmente para esta finalidade.

A decisão do conselho de classe extraordinário será comunicada à secretaria escolar, junto a qual o responsável pelo estudante deverá tomar ciência.

Caberá ainda recurso às instâncias superiores no prazo de cinco dias úteis da ciência.

## **10. Estrutura Organizacional**

### **10.1. Estrutura Física**

O Colégio de Aplicação é uma instituição de Ensino Fundamental e Médio e possui uma estrutura física composta de quatro blocos.

No **bloco A** funciona o setor administrativo do Colégio de Aplicação, a Associação de Pais e Professores - APP, o Espaço Estético, Salas de Projetos e sala dos Anos Iniciais;

No **bloco B** funciona a Biblioteca, a Brinquedoteca, a Sala da Nutrição, Salas de Recuperação de Estudos, Salas de Teatro, de Música, de Ginástica e Dança, e Salas de projetos;

No **bloco C**, funcionam os Laboratórios de Educação Física, Química, Física, Biologia, de Matemática, Geografia e Ciências (Piso Térreo); Laboratórios de Linguagens e Línguas Estrangeiras; salas de aula de Inglês, Espanhol, Alemão e Francês e o Laboratório de Ensino de História do CA – LEHCA/Laboratório de Informática (1º andar) e salas de estudos dos professores (2º andar).

No **bloco D**, sala dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, Mini Auditório Amarelo, salas de coordenação, sala de atendimento especializado e sala da Inspeção de Alunos.

No **bloco E**, anexo ao bloco B há salas ambiente e também a sala dos professores de Artes.

O Colégio de Aplicação foi construído, em etapas, ao longo dos anos, conforme a sua demanda. No momento em que houve a discussão e redefinição dos espaços existentes na escola, aconteceram mudanças para a melhoria da dinâmica de funcionamento da escola.

### **Espaço Físico: descritivo**

*Bloco A -Administração*

- 1 sala de convivência para Professores e Técnico-Administrativos;
- 1 banheiro masculino;
- 1 banheiro feminino;
- 1 depósito para material de expediente;
- 1 sala da Direção Geral;
- 1 sala da Direção de Ensino;
- 4 salas de Coordenadorias (Estágios, Pesquisa e Extensão, Comunicação, Divulgação e Eventos, Administrativa);
- 4 salas para projetos;
- 2 salas do Serviço de Orientação Educacional;
- 1 sala de Serviço Técnico pedagógico em Educação Especial;
- 1 sala para Secretaria;
- 1 sala da Administração de Edifício e Laboratório;
- 1 sala da Associação de Pais e Professores – APP;
- 1 sala para consultório médico;
- 1 sala para gabinete odontológico;
- 1 sala de reuniões;

*Bloco B - Galpão*

- 1 sala de projeto;
- 1 sala do Grêmio Estudantil;
- 1 sala de dança;
- 2 salas ambientes para práticas de Teatro;
- 2 salas ambientes para práticas de Música;
- 1 pátio coberto;
- 1 banheiro feminino;
- 1 banheiro masculino;
- 1 biblioteca;

	<p>1 sala para brinquedoteca;</p> <p>Cozinha;</p> <p>Refeitório;</p> <p>3 salas para aulas de recuperação de estudos;</p> <p>4 salas para Projetos;</p> <p>2 salas de aula;</p>
<p><i>Bloco D - Sala de Aula</i> <i>Anos Finais e Ensino Médio</i></p>	<p>1 sala para a Inspeção;</p> <p>2 salas para Coordenadorias de Apoio Administrativo ao Ensino Fundamental e Médio;</p> <p>2 banheiros femininos;</p> <p>2 banheiros masculinos;</p> <p>1 mini auditório;</p> <p>14 salas de aula;</p> <p>1 auditório;</p> <p>1 pátio coberto;</p> <p>2 salas de Apoio Pedagógico (AEE);</p> <p>1 sala para atendimento;</p> <p>7 laboratórios (Física, Química, Biologia, Línguas Estrangeiras, Matemática, Educação Física e Informática);</p> <p>4 salas para aulas de Línguas Estrangeiras (Inglês, Alemão, Francês e Espanhol);</p> <p>10 salas de estudos dos professores por disciplina;</p>
<p><i>Casinha de Artes:</i></p>	<p>3 salas ambientes para prática de Artes Plásticas;</p> <p>1 banheiro feminino;</p> <p>1 banheiro masculino;</p>
<p><i>Áreas Externas</i></p>	<p>1 parque para crianças <u>até 10 anos</u></p> <p>1 quadra de esportes descoberta</p> <p>1 campo de areia para futebol</p>

***Localização***

Essa unidade escolar situa-se no Campus Universitário. Em função da sua localização, torna-se fácil o acesso do educando a Biblioteca Central, Eventos Culturais e a todas as atividades e serviços que a Universidade oferece.

O Colégio está localizado numa área geograficamente residencial, onde existem vias de acesso, tanto para o norte quanto para o sul, para o centro da cidade e bairros da grande Florianópolis.

## **10.2. Estrutura Administrativa: Constituição**

O Colégio de Aplicação apresenta uma estrutura organizacional diferenciada das demais escolas, devido ao fato de ser uma instituição vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina que visa desenvolver atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A estrutura administrativa atual do Colégio de Aplicação está assim constituída:

Colegiado

Diretor Geral

Diretor de Ensino

Coordenadoria Administrativa

Coordenadoria de Estágio\*

Coordenadoria de Pesquisa e Extensão\*

Coordenadoria de Comunicação, Divulgação e Eventos\*

Coordenadoria dos Anos Iniciais

Coordenadoria dos Anos Finais

Coordenadoria do Ensino Médio

Secretaria Escolar

Equipe Pedagógica: Nutricionista; Psicólogo; Assistente Social, Pedagogo de Educação Especial, Pedagogo de Orientação Educacional; Fonoaudiólogo; Terapeuta Ocupacional, Técnico em Assuntos Educacionais, Enfermeiro e Assistente de Aluno.

Corpo Docente

Corpo Discente

Biblioteca

Associação de Pais e Professores

## **11. Referências**



BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994. BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dez.1996.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: introdução aos parâmetros, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para educação infantil. Brasília, DF: MEC, 1998.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abril de 2002.

BRASIL. Decreto Nº 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2005.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. *Indagações sobre currículo*. Brasília. MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009c, Seção 1, p. 17.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Brasília, 2011a.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 07 de julho de 2015.

BRASIL. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004. 94 p.: il. FEBRAPILS. Código de Conduta e Ética, de 13 de abril de 2014. 1. ed. Brasília, DF, Disponível em: Acesso em: 12 jul. 2019.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Fundação Catarinense de Educação Especial. Intérpretes educacionais de Libras: orientações para

a prática profissional / Org. João Paulo Ampessan, Juliana Sousa Pereira Guimarães e Marcos Luchi, Florianópolis: DIOESC, 2013. 96p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Secretaria de Gestão de pessoas. Edital N° 252/DDP/2013 (Alterado conforme retificação n° 261 e 266/DDP/2013); Florianópolis, 2013, 20p. Disponível em: Acesso em: 12/07/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Secretaria de Gestão de pessoas; Edital N° 050/2018/DDP; Florianópolis, publicado no DOU n° 113, Seção 3, páginas 66 e 67, em 14/06/2018; Disponível em: Acesso em: 12/07/2019.

CIAVATTA, M. A FORMAÇÃO INTEGRADA a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade M Ciavatta - Revista Trabalho Necessário| ISSN: 1808-799X, 2005 - periodicos.uff.br

DAYREL, Juarez. As escolas “Faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. IN: *Educação e Sociedade*, vol. 28, CEDES, Número Especial, 2007.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (org). *Autonomia da Escola: princípios e propostas*. 2ª edição, São Paulo, Editora Cortez, 1997.

HEYWOOD, Colin. Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HILDEBRANDT, R.; LAGING, R. Concepções abertas ao ensino da educação física. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1986.

LIMA PA. Educação Inclusiva e igualdade social. São Paulo: AVERCAMP, 2002.

MARTINS, Maria de Fátima. Animais na escola. In: DOTTI, Jerson. *Terapia & Animais*. Osasco, SP: Noética, 2006.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. Cortez, 2000.

NETO, Alfredo Veiga. Tensões disciplinares e ensino médio. In: *Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais*, Belo Horizonte, novembro de 2010.

POSTMAN, Neil. *The disappearance of childhood*. New York: Delacorte Press, 1982.

PRETTO, Nelson de Luca. *Educações, culturas e hackers: escritos e reflexões*. EDUFBA, 2017.

Relatório de Avaliação Institucional do Colégio de Aplicação, 1998.

RIBEIRO, V. M. (org.) *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado and DELIBERATO, Débora. Tecnologia assistiva para a criança com paralisia cerebral na escola: identificação das necessidades. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 2012, vol.18, n.1, pp.71-92. ISSN 1413-6538. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382012000100006>.

SIEMS MER. Educação especial em tempos de educação inclusiva: identidade docente em questão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 194p.

SEBUBAL, M.A. Oficinas de matemática e de leitura e escrita: escola comprometida com a qualidade. São Paulo: Plexus/CENPEC, 1995. 157p.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: *Revista Brasileira de Educação* Jan /Fev /Mar /Abr nº 25 2004.

## ANEXO 1

Cheiro Verde no Quintal da Escola

Coord. Prof<sup>as</sup> Ms. Mariza Konradt de Campos e Prof<sup>a</sup>. Ms. Maria Elza de Oliveira Lima

O projeto *Cheiro Verde no Quintal da Escola*, extensão do Projeto "*Um caminho diferente para aprender a ler e escrever*", vem sendo desenvolvido no Colégio de Aplicação/UFSC desde 2013 e vem crescendo significativamente a cada ano. Envolvendo professores e bolsistas, o Cheiro Verde atende no período curricular os alunos do 1º Ano A e dos 6ºs Anos do Ensino Fundamental. No período extracurricular, o Projeto é aberto a toda comunidade escolar, alunos de outras escolas da grande Florianópolis, graduandos e demais interessados. Estabeleceu-se ainda parcerias com outras instituições e com professores de outros centros da UFSC. Desse modo, o projeto aqui apresentado se caracteriza como de Ensino, Pesquisa e Extensão. Ainda em andamento, o Projeto preconiza um trabalho multi e transdisciplinar sobre questões ambientais, abordando a importância de modelos sustentáveis de plantio, alimentação saudável e proteção da natureza junto aos participantes. Empregando horta, pomar e demais elementos do quintal da escola como uma espécie de laboratório vivo, o Projeto vem conscientizando estudantes e famílias sobre temáticas ambientais diversas e evidenciando os benefícios de um contato mais próximo à natureza. Como resultado, tem-se conseguido alfabetizar os participantes para o meio ambiente, fazendo-os disseminadores dos valores praticados no Cheiro Verde, e pelo meio ambiente, levando-os a lerem e escreverem com autonomia já no primeiro ano do Ensino Fundamental. Uma vez que a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225, § 1º, inciso VI, assegura o direito de todos

ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo ao Estado o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”, subjaz a proposta do projeto Cheiro Verde no Quintal da Escola a compreensão de que alfabetizar para/sobre o meio ambiente é munir as pessoas de conhecimentos essenciais à preservação da natureza e seus preciosos recursos. Processo de aprendizagem pelo qual todos e todas deveriam passar na atualidade, posto o quadro geral de dilapidação ao qual o planeta vem sendo submetido (CAPRA, 2003). Iniciar esse processo de ensino-aprendizagem já pelas crianças, na escola e fora da escola, tem a potencialidade de ser mais efetivo, porque elas encontram-se em uma fase desenvolvimental em que estão mais abertas a novos conhecimentos e em que os hábitos podem ser (re)educados. Entre os saberes que o Cheiro Verde procura cultivar, estão os conceitos de agrofloresta, agricultura sintrópica e agroecologia. Praticam-se, ainda, os princípios da ecologia, de reutilização, reciclagem, compostagem termofílica, minhocário e criação de abelhas nativas. Trabalham-se também os conceitos de alimentação saudável e preparo de alimentos nas oficinas culinárias. Por intermédio de todos esses conceitos, a proposta de educação ambiental trabalhada a partir do projeto Cheiro Verde tem reiterado, ano a ano, que a horta inserida no ambiente escolar torna-se um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental e alimentar, unindo teoria e prática de forma significativa e contextualizada, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem e estreitando relações por meio da promoção do trabalho coletivo e cooperado entre os agentes sociais envolvidos em busca de uma cultura de sustentabilidade.

## **ANEXO 2**

Chuí – Esportes no CA

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Paula Pereira Rotelli

O objetivo geral deste projeto será o de buscar desenvolver habilidades motoras relacionadas aos fundamentos e regras dos esportes, através de oficinas oferecidas aos alunos das turmas dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio do CA/UFSC, para tanto é necessário ofertar tempos e espaços para a prática das modalidades esportivas, permitindo desenvolver a socialização, a interação grupal, o desenvolvimento de fundamentos e técnicas, assim como o desenvolvimento da tática de jogo. Este projeto também tem como

finalidade, promover a participação dos alunos em campeonatos esportivos (como os Jogos Escolares de Florianópolis – JESF) e a participação em jogos amistosos e incentivar e organizar a participação dos professores e técnicos nos Jogos de Integração dos Servidores da UFSC. Assim, para atender o objetivo geral deste projeto, temos por objetivos específicos: a) oferecer horário regular para a prática do futsal e basquetebol; b) desenvolver habilidades motoras relacionadas aos fundamentos destas modalidades; c) desenvolver a técnica e táticas de jogo; d) inscrever e promover a participação dos alunos nos JESF; e) organizar e oportunizar a participação da equipe masculina de futsal sub-16 nos Jogos Escolares de Santa Catarina. e) promover jogos amistosos com outras escolas e/ou clubes e f) organizar e inscrever os professores e técnicos interessados nos Jogos de Integração dos Servidores da UFSC. Assume-se no desenvolvimento pedagógico deste projeto uma perspectiva crítica, em que o ensinamento do esporte deverá transcender a primazia da ação e seus condicionantes de ordem puramente técnica. O processo de ensino, neste caso, privilegiará situações pedagógicas em que o aluno deve aprender pela prática a dirigir suas próprias ações, agir autonomamente, a decidir em conjunto e sozinho, aprender a agir de maneira cooperativa, criativa e comunicativa (HILDEBRANDT e LAGING, 1986).

### **ANEXO 3**

Clube do Xadrez – uma proposta brincante

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Márcia Maria Bernal

Ofertar aos alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio do Colégio de Aplicação/UFSC oficinas semanais de xadrez, em tempos não formais de aula, e em momentos que permitam desenvolver a autonomia intelectual, a interação grupal, a criatividade, a capacidade de ação, a reflexão e o cuidado com materiais por eles utilizados e oportunizar um momento/espço semanal para desenvolvimento da habilidade de jogar. Pretende-se organizar, junto com os alunos regularmente participantes do projeto, torneios de jogos; convidar professores e alunos de outras escolas públicas para promover a integração com alunos do CA e apresentar a escola e a possibilidade de acesso por meio do edital de sorteio de vagas; inscrição dos participantes do projeto e interessados nos Jogos Escolares de Florianópolis.

#### **ANEXO 4**

ComTATO – Realização de poemas em arte plástica para pessoas cegas e pessoas com baixa visão

Coord. Prof. José Alvim Almeida da Silveira

Realizar poemas em arte plástica para pessoas cegas e pessoas com baixa visão, abrindo espaço para experimentação de materiais expressivos da arte plástica, empenhando-se para a realização de poemas na linguagem da arte plástica. Estudar as possibilidades da sintaxe da arte plástica na realização poética plástica para cegos e pessoas com baixa visão, com vistas à exposição dos resultados obtidos em espaços de exposição da UFSC e entidades conveniadas como ACIC, por exemplo.

#### **ANEXO 5**

Curso de Capacitação para a prática pedagógica inclusiva nas escolas

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Ciriane Jane Casagrande da Silva

A formação/atualização de estagiários, acadêmicos e docentes merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitas falas de estudantes dos cursos de pedagogia e de licenciaturas em geral, assim como dos docentes são de que “Não fui preparado para lidar com crianças com deficiência” (LIMA, 2002, p.40). Essa falta de capacitação se dá porque no Brasil, de acordo com Siems (2010), a preocupação com a formação dos professores voltada para a educação inclusiva é muito recente. De acordo com a autora, são necessários mais investimentos nos processos de formação para reconstruir as práticas educacionais, reorientando, assim, os processos exercidos na Formação de Professores. Dessa forma, para que as escolas tornarem-se efetivamente inclusivas e de qualidade, é fundamental qualificar os acadêmicos e estagiários da UFSC e que serão os futuros docentes nas escolas inclusivas, assim como, docentes das escolas públicas que muitas vezes sentem-se abandonados frente aos desafios das políticas públicas inclusivas em sala de aula, por estarem pouco qualificados ou desatualizados face à realidade e as exigências de uma escola e uma educação para todos. Objetivo Geral: capacitar os acadêmicos e estagiários dos cursos de licenciatura da UFSC e os docentes das escolas públicas de Florianópolis, para atuar dentro de uma prática pedagógica inclusiva na Educação Básica. Objetivos específicos: Oportunizar aos

estagiários e acadêmicos dos cursos de licenciatura da UFSC e aos docentes das escolas públicas de Florianópolis, noções básicas sobre algumas questões conceituais/atitudinais de estudantes com deficiência física, sensorial, intelectual, Altas Habilidades/Superdotação e Transtornos do Espectro Autista (TEA); Promover um espaço de diálogo sobre as diferentes experiências dos estagiários, acadêmicos e docentes e qualificá-los frente aos desafios da inclusão e seus desdobramentos na Educação Básica; Estimular e sugerir a busca de estratégias diferenciadas para a prática pedagógica inclusiva; Propiciar que conheçam as inúmeras possibilidades de se realizar flexibilização e adequações curriculares em sala de aula;

## **ANEXO 6**

Cultura Digital e Direitos Humanos: conexão escola-mundo

Coord. pela Prof. <sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thereza Cristina Bertazzo Silveira Viana

Este projeto de pesquisa é parte integrante do projeto Conexão Escola-Mundo: espaços inovadores para formação cidadã coordenado pelo prof. Nelson Pretto - UFBA, tendo a prof<sup>a</sup>. Andrea Lapa como coordenadora na UFSC, além da participação dos professores Fernanda Lapa (IDDH); Antonio Bartolomé (Universitat de Barcelona); Mario Pireddu (Universidade Roma Tre); Karla Brunet (UFBA); Rafael PerritiPezzi (UFRGS). Ele alia ação e reflexão em uma proposta que investiga a experiência de um paradigma alternativo de Educação em Direitos Humanos (EDH) na cultura digital pela perspectiva hacker. Entende-se aqui como perspectiva hacker o trabalho pautado na autoria, no compartilhamento e na descentralização do conhecimento elaborado (PRETTO, 2017). O desenvolvimento deste projeto vem proporcionando o encontro entre a escola e a universidade, por meio da metodologia da pesquisa-ação, em que professoras e professores do CA/UFSC pesquisam, refletem e planejam sua prática de maneira colaborativa. Esse planejamento colaborativo contou com a participação de pesquisadores da graduação e pós-graduação (do Grupo de Pesquisa em Mídia-Educação e Comunicação Educacional, COMUNIC), professores, professoras e estudantes do CA/UFSC, proporcionando para a escola a possibilidade de exercitar um novo paradigma, centrado em uma educação para a autoria, colaboração e produção. Os resultados dessas ações, ainda em andamento, têm contribuído para construção de novas pontes entre universidade e escola, elaborando práticas inovadoras para trabalhar a Educação em Direitos Humanos na cultura digital com crianças e jovens do CA/UFSC, assim como pensar

formação docente em uma perspectiva ativista de empoderamento, autoria e produção colaborativa.

## **ANEXO 7**

Genética no esquema: uma abordagem ilustrativa

Coord. Prof. Dr. Alberto Vinicius Casimiro Onofre

A iniciativa de desenvolver esse projeto de extensão fundamenta-se no envolvimento de estudantes e professores na busca de alternativas criativas e estimulantes à compreensão dos conteúdos de genética do ensino médio. Como objetivo geral, tem-se a pretensão de elaborar um livro ilustrativo de genética para o ensino médio feito por estudantes e professores com uma linguagem esclarecedora, desenhos e mapas mentais. Espera-se que o livro ilustrativo proporcione aos estudantes do ensino médio um maior interesse pela genética e facilite a compreensão dos conteúdos trabalhados nesse segmento. Entre os objetivos específicos, destacam-se: sistematizar os conteúdos de genética de forma lúdica e de fácil compreensão; integrar estudantes e ex-estudante do Colégio de Aplicação em um projeto de extensão; estimular a criatividade de todos os participantes no desenvolvimento de desenhos e de mapas mentais relacionados aos diversos assuntos de Genética; elaborar propostas que incentivem os estudantes do ensino médio a criarem seus próprios mapas mentais; selecionar estudos de casos e questões de genética, presente nos vestibulares UFSC e UDESC que podem exemplificar os conteúdos; divulgar o conteúdo do livro à comunidade por meio de cursos e oficinas. Além disso, a partir de uma experiência bem-sucedida pode-se propor nos anos seguintes outros projetos mais desafiadores, incorporando outras áreas da Biologia e produtos mais interativos.

## **ANEXO 8**

Grupo de Teatro do Colégio de Aplicação UFSC – Segue Reto Toca Cena

Coord. Prof.<sup>a</sup> Nara Micaela Wedekin

O presente projeto objetiva a prática continuada de teatro no contexto escolar. O projeto vai englobar ensaios e apresentações teatrais anualmente. O projeto escolhe temas e textos teatrais e não teatrais para trabalhar ao longo do ano. Improvisações e drama são utilizados



no processo de criação dos espetáculos anuais. Os espetáculos serão apresentados no final de cada ano a comunidade.

## **ANEXO 9**

Investigação de notícias para o Ensino de Química do CA/UFSC

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ana Karina

As notícias de jornais e revistas, impressos e/ou disponíveis *online* contribuem para o estudo do conteúdo, pois favorecem a curiosidade científica, a criatividade e o interesse pelo conhecimento. Cabe salientar que no ensino de química desenvolvido no CA/UFSC, professores que lecionam esta disciplina procuram, na medida do possível, empregar propostas de ensino diferenciadas. Entretanto, temos considerado de fundamental importância a preocupação com as notícias relacionadas com a química divulgadas de modo superficial ou com erros conceituais que muitas vezes não são percebidos pelo leitor. Este projeto de pesquisa tem como objetivo geral analisar e discutir as notícias de jornais e revistas publicadas impressas ou disponibilizadas *online* no período de fevereiro a junho de 2019, considerando propostas de atividade de ensino para o contexto escolar (ensino de química desenvolvido no CA/UFSC). E objetivos específicos: selecionar notícias de jornais e revistas publicadas de forma impressa e/ou disponíveis *online*; verificar o conteúdo químico associado à notícia selecionada e se está apresentado de forma adequada (sem erros conceituais); discutir propostas de atividades utilizando notícias de jornais e revistas publicadas impressas e/ou disponíveis online; discutir a necessidade de utilizar recursos didáticos variados; promover o hábito de leitura, de interpretação de textos e de pesquisa de docentes da disciplina de química e de alunos do CA/UFSC. Para atingir esta finalidade para cada notícia de jornais e revistas, impressos e/ou disponíveis, *online*, selecionada será elaborada uma proposta de atividade relacionada ao conhecimento químico.

## **ANEXO 10**

Labrinca e jogos eletrônicos

Coord. Prof.<sup>a</sup> Pós-Dr.<sup>a</sup> Leila Lira Peters

O LABRINCA é o resultado de uma parceria do Colégio de Aplicação (CA) com diversos cursos da UFSC. Configura-se como uma brinquedoteca, pois garante o acesso a uma variedade de jogos e de brinquedos ao seu público infanto juvenil. Ao propiciar a expressão e a experimentação da cultura lúdica infantil, nele é possível pesquisar o uso de jogos, brinquedos e brincadeiras na escola. Neste momento, o foco especial está na inserção e utilização de jogos eletrônicos. Sua concepção pauta-se na perspectiva histórico cultural e considera o brincar fundamental para o desenvolvimento psicológico das crianças, via apropriação dos signos sociais, e de sua ressignificação. Estudantes com bolsas de estágio não obrigatório e/ou de extensão são os responsáveis pela organização do espaço e do atendimento ao público, além de participarem dos projetos de pesquisa e extensão. O projeto tem como objetivo geral: possibilitar à comunidade acadêmica um espaço de ensino, pesquisa e extensão voltado para o uso experimental de jogos eletrônicos em brinquedotecas escolares e universitárias. E como objetivos específicos: inserir jogos eletrônicos no LABRINCA oferecendo jogos fora do contexto do circuito comercial, tais como sites alternativos de jogos online gratuitos, oriundos do *GameArt*, *Serious Games* e jogos construídos pelos próprios alunos; analisar o processo de inserção de jogos quanto às reações dos alunos, às mudanças em relação ao uso dos espaços da brinquedoteca, às relações entre as crianças e às suas possíveis aprendizagens; oferecer oficinas e palestras para professores, pesquisadores, acadêmicos e alunos do CA de/sobre concepção e criação de jogos eletrônicos; incentivar o uso das novas tecnologias para aprender a fazer brinquedos; fomentar a utilização coletiva, crítica, reflexiva e com discernimento da cultura midiática, sobretudo voltada para os jogos eletrônicos.

## ANEXO 11

Libras +

Coord. Prof. Ricardo Heberle

Este projeto foi criado com a intenção de promover na comunidade da UFSC, e também na população em geral interessada, a prática comunicativa da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, através de dois minicursos de LIBRAS Básico oferecidos ao longo do ano (um por semestre) e de atividades de extensão pontuais (roda de conversa entre surdos e ouvintes, oficinas sobre comunidade e cultura surda, bem como palestras de membros da comunidade surda para compartilharem seus conhecimentos sobre a língua, cultura e educação de surdos)

que favorecem a visibilidade das libras e sua prática em contextos espontâneos. Os cursos de Libras referentes ao primeiro semestre foram ministrados de maio a julho de 2018. Já as atividades pontuais a que se fez menção acima serão desenvolvidas no segundo semestre, posto que a oferta dessas fosse atrelada a realização do primeiro curso. Assim, esses participantes teriam a possibilidade de usar em contexto espontâneo o que aprenderam durante as aulas. Curso ministrado Quantidade: 01 Carga horária: 20h Quantidade de encontros: 10 (cada um de 2h) Tópicos abordados: População surda no Brasil; Leis de amparo à Libras; Libras, língua natural; Aquisição da Libras, Alfabeto Manual, Número e quantidade, cumprimento, saudações, apresentações, Dias da semanas, Meses do ano, substantivos, pronomes, tipos de verbos, tradução de frases em português para Libras e Configurações de mãos. Frequência dos inscritos é realizada por lista de assinatura, para que se pudesse ter controle quanto à assiduidade deles e, também, para avaliar se o horário proposto no projeto teria uma boa aceitação e participação do público. Ao final é proposta uma avaliação discente do curso oferecido a fim de se ter um retorno sobre a execução do curso de Libras Básico, aplica-se instrumento de avaliação respondido pelos participantes no último encontro do curso. As respostas serão tabuladas e são apresentadas em gráficos na sequência. Além de perguntas fechadas, o instrumento de avaliação contou com uma pergunta aberta, na qual os participantes podiam opinar livremente sobre aspectos gerais e específicos do curso. O fato de a identificação do participante não ser obrigatória no instrumento.

## **ANEXO 12**

Literatura contemporânea e a sala de aula

Coord. Prof. Pós-Dr. João Nilson Pereira de Alencar

Este projeto intenta discutir, a partir dos últimos cinco anos da lista divulgada pela COPERVE de livros indicados para o vestibular/UFSC, como se configura uma literatura contemporânea, que problematiza fronteiras diversas. Em um segundo momento, a pesquisa igualmente busca sua reflexão na prática docente, desenvolvida a partir das aulas de Literatura Brasileira (rubrica de Língua Portuguesa) dos Terceiros anos do Ensino Médio, particularmente com os livros indicados ao vestibular da UFSC que mais problematizam o conceito de “contemporâneo”. Objetivo geral: pesquisar na lista divulgada pela COPERVE-UFSC, no período compreendido entre 2014-2019, livros indicados que problematizam a

questão do “contemporâneo”, ao mesmo tempo em que se analisa algumas possibilidades de trabalho docente nas aulas de Literatura no Colégio de Aplicação/UFSC. Objetivos específicos: pesquisar a lista de obras literárias divulgadas pela COPERVE-UFSC – de 2014-2019; levantar dados teóricos sobre a questão do “contemporâneo”; investigar as obras que apresentam problematização quanto ao gênero; buscar alguns escritores brasileiros que apresentam problematização das fronteiras de gênero (textual) e de tema; pesquisar o processo de formação das imagens a serem utilizadas e sua relação com os conceitos em questão; estabelecer relações entre processo de leitura, debate e proposição de atividades em sala de aula; promover o debate a respeito de obras consideradas “canônicas” frente às consideradas “marginais”; estabelecer e fortalecer vínculos entre estudantes de Graduação da UFSC e o ensino fundamental e médio (Sepex, grupos de leitura e pesquisa, entre outros) e estimular o debate durante os encontros de leitura crítica com os membros do NEPALP.

### ANEXO 13

+ Matemática

Coord. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iara Zimmer

O presente projeto nasce dos resultados observados na pesquisa realizada no ano de 2017, em que o estudo, do projeto de pesquisa + Matemática, apontou aspectos relacionados à matemática básica, previstos na análise *a priori* e constatados na análise *a posteriori*, como a maior dificuldade encontrada pelos estudantes no aprendizado dos conteúdos referentes aos 2º e 3º anos do ensino médio. Nesse sentido a pesquisa evidenciou a falta de conhecimentos prévios, de compreensão de conceitos, além da falta de articulação entre eles, englobando aritmética, álgebra e geometria, relativas ao ensino fundamental. Desse modo, esta pesquisa da continuidade ao projeto + Matemática na perspectiva do direito ao conhecimento matemático escolar. Deste modo, no ano de 2019, o projeto + Matemática tem por objetivo investigar o ensino de matemática, por meio da engenharia didática, na tentativa de oportunizar a aprendizagem, em especial os conteúdos do ensino fundamental. Para tanto, serão oferecidos espaços semanais, ao longo de todo o ano, para a promoção de discussões relacionadas aos conhecimentos prévios de matemática buscando o desenvolvimento da cidadania, autonomia e confiança. A pesquisa é embasada na engenharia didática por tal aporte contemplar tanto a dimensão teórica quanto metodológica. Assim, por um esquema

experimental baseado em realizações didáticas em classe, é possível realizar ensino e pesquisa.

#### **ANEXO 14**

Melodrama e imaginário moderno no periodismo brasileiro do século XX

Coord. Prof. Dr. George Luiz França

Este projeto pretende discutir a presença do melodrama no periodismo brasileiro, não apenas como um gênero textual propriamente dito, cujo nascimento remonta à Revolução Francesa, mas sim como um modo de imaginação e de leitura característico da modernidade que se articula com a construção das identidades nacionais no dilema entre o sujeito e a coletividade, em especial, na América Latina desde os processos de independência de seus países até a contemporaneidade. Para tanto, objetiva-se construir um corpus de textos publicados em periódicos brasileiros a partir do século XX nos quais se aborde o melodrama, utilizando em especial acervos digitais em que a busca e o acesso são facilitados por ferramentas virtuais. Esse corpus – de resenhas, notícias, mas também críticas e mesmo fragmentos de folhetins – será discutido a partir das referências por ele realizadas que apontem para a leitura de determinados textos – literários, teatrais, cinematográficos – como “melodramas”, ponderando não apenas a valoração dada ao termo, advindo do teatro popular, mas fundamentalmente as implicações conceituais de se pensar a imaginação melodramática como um modo de ler não apenas textos específicos, mas a própria construção das identidades nacionais modernas. Para tanto, paralelamente, será lida a bibliografia teórica que rediscute o conceito de melodrama na contemporaneidade, em especial Martín-Barbero, Brooks e Copjec. Trata-se de uma pesquisa ampla e que pretende se desenvolver em várias fases, mas que iniciará focando o início do século XX. Como resultado, pretendemos uma reflexão sobre os determinantes da constituição da leitura brasileira do que seja o melodrama, de modo a pensar a sobrevivência paradoxal, no presente, em contexto de crise das grandes narrativas, de clichês que produzem efeito de verdade ou autenticidade.

#### **ANEXO 15**

Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica

Coord. Prof. Ms. Márcio Marchi

O projeto vincula-se a uma proposta de ensino, pesquisa e extensão. Pesquisa por estar particularmente ligada à investigação sobre a educação geográfica e sua contribuição à formação de uma cidadania ativa. A partir das atividades de extensão do projeto, analisa a iniciação científica na Educação Básica e as ações propositivas de cidadania estimuladas por atividades curriculares em Geografia. O projeto envolve um público direto de 75 estudantes das turmas de 3ºs Anos A, B e C do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (CA-CED-UFSC). Envolve também alunos das licenciaturas em práticas de ensino de estágio curricular. Através do seminário de apresentação dos trabalhos, a ser realizado na Câmara Municipal de Florianópolis, pretende-se divulgar os resultados para a população do município e para os representantes dos poderes Legislativo e Executivo municipais e através da participação na Mostra Pedagógica do Colégio de Aplicação, pretende-se atingir um público discente e docente mais abrangente da comunidade escolar e universitária da UFSC. Outro aspecto do projeto é a interação com a população-alvo das pesquisas e das entrevistas realizadas pelos estudantes, abrangendo associações de moradores, representantes de movimentos sociais urbanos, associações profissionais, trabalhadores do comércio e serviços, técnicos e representantes do Poder Público e outros.

## **ANEXO 16**

Oficina Extracurricular de Artes Visuais – ERA: Experimentação e Reflexão em Arte

Coord. Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Sheila Luzia Maddalozzo

No CA/UFSC a disciplina de Arte acontece somente até o 1º ano do Ensino Médio, fato que desola muitos estudantes. A Oficina ERA - 'Experimentação e Reflexão em Arte' se propõe a ser um espaço de vivência e experimentação de poéticas expressivas no campo das Artes Visuais em que o estudante desenvolve processos tanto criativos como reflexivos sobre sua própria produção, bem como sobre a obra de artistas correlatos à sua poética.

## **ANEXO 17**

O corpo em movimento: uma proposta de dança teatro na escola

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Lia Alarcon Lima

Este projeto tem como foco o desenvolvimento de estudos práticos que congregam a linguagem da dança e do teatro, abrindo espaço para a criação de processos artísticos que enfatizam a construção de uma dramaturgia do movimento. Nesta perspectiva, o trabalho visa desenvolver elementos de pesquisa sobre o corpo, suas habilidades e expressões, enfatizando o processo de criação e consciência corporal do aluno no desenvolvimento de sua expressividade artística. Objetivo Geral: Desenvolver estudos pertinentes à criação de um processo dramático que caracterize a linguagem da Dança-Teatro, visando atender a comunidade externa, alunos, funcionários e docentes dessa Universidade. Objetivos Específicos: trabalhar os elementos de pesquisa sobre a expressão e a dramaturgia do movimento; realizar estudos sobre a linguagem Dança-Teatro e sua repercussão nas artes contemporâneas; desenvolver atividades que articulem o texto dramático e a dança; realizar laboratórios que propiciem a vivência de leituras corporais; discutir e realizar exercícios que dão ênfase a fundamentação estética das relações entre a linguagem teatral e a da dança; fornecer subsídios para o desenvolvimento de estudos coreográficos que possam estar articulados a proposta dramática; promover o desenvolvimento de habilidades técnicas e criativas para elaboração de projetos cênicos e realizar a construção de um processo artístico para apresentação pública.

## **ANEXO 18**

Organização, Criação e Adaptação de Materiais e Recursos Pedagógicos para Estudantes da Educação Especial do CA/UFSC

Coord. Ms. Eloisa Barcellos Ferreira de Lima.

O presente projeto de pesquisa e extensão tem como objetivo geral organizar, adaptar e criar um acervo de materiais, recursos pedagógicos adaptados e atividades para estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA e Altas habilidades/ Superdotação AH/SD do Colégio de Aplicação/UFSC com a finalidade de serem facilmente identificados para uso em salas de aulas, Atendimento Educacional Especializado e/ou nos demais espaços do CA/UFSC. Faz-se necessário o levantamento e catalogação dos materiais e recursos já existentes no CA, identificar a demanda de recursos/materiais/atividades pedagógicas dos docentes das diferentes disciplinas do CA/UFSC, por meio de questionário; organização de um espaço para um acervo de materiais e recursos pedagógicos adaptados ou não adaptados,

bem como, atividades com o apoio do Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE. A Metodologia do projeto é a pesquisa de campo, catalogação de materiais/recursos/atividades pedagógicas existentes no CA/UFSC, bem como, construção e confecção de novos recursos/materiais/atividades para utilização dos docentes e técnicos do CA/UFSC em sala de aula, Atendimento Educacional Especializado e demais espaços escolares.

### **ANEXO 19**

PAE: Grupo de Estudos Arte na Escola Polo UFSC

Coord. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabíola Cirimbelli Búrigo Costa

Ampliar reflexões e vivências em Arte e Ensino de Arte, visando a formação do professor de arte e a qualificação do Ensino de Arte na Escola.

### **ANEXO 20**

Procura-se um leitor

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Arlyse Silva Ditter

Durante o segundo semestre de 2018, um grupo de participantes do projeto de pesquisa e extensão Confraria Literária do CA-UFSC: incentivo à leitura e ativismo cultural frequentou uma sequência de seis eventos com o objetivo de ampliar suas habilidades como escritor de textos críticos e literários. Esses eventos atendiam às solicitações feitas pelos confrades desde a fundação do projeto, em 2013. O grupo solidificou-se e passou a se intitular 'Procura-se um Leitor'. Em abril de 2019 será lançado a primeira publicação do grupo, com uma antologia dos melhores poemas produzidos pelos seus integrantes. No ano de 2019, o "Procura-se um Leitor" passa a ser independente do Projeto Confraria Literária. Afinal seu objeto é a escrita enquanto seu projeto original tem como objetivo a leitura, apesar de serem atividades implicadas entre si. Irá manter os estudos de escrita crítica e criativa/literária, mas a partir da leitura e análise de autores contemporâneos de Santa Catarina. Continuará com seus encontros mensais no Laboratório de Linguagens do CA-UFSC. Terá a participação de professores e alunos da pós-graduação em Literatura da UFSC, professores de Institutos Federais e escritores. Há previsão de publicar novamente as produções críticas e literárias



de forma impressa e digital, bem como se apresentar em eventos culturais e participar de eventos acadêmicas.

## **ANEXO 21**

Proposta de Atividades Mediadas por animais no Colégio de Aplicação a partir da cinoterapia

Coord. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Gomes Camargo

Este projeto configura-se como de pesquisa e extensão. O objetivo geral do projeto é investigar os benefícios das atividades mediadas por cães, com base na Cinoterapia, voltadas para crianças e adolescentes que apresentam alterações de linguagem oral e/ou de linguagem escrita. Têm-se por objetivos específicos da extensão: desenvolver atividades mediadas por cães, para promover a qualificação das habilidades de alterações de linguagem oral e/ou escrita com crianças e adolescentes que apresentam déficit nas mesmas; promover palestras e oficinas sobre a temática educação e atividades assistidas por animais, com foco na Cinoterapia. Serão desenvolvidas atividades tanto no Colégio de Aplicação, da Universidade Federal de Santa Catarina– CA/UFSC-, na cidade de Florianópolis/SC, quanto no Serviço de Atendimento Fonoaudiológico, da Universidade Federal de Santa Maria –SAF/UFSM, na cidade de Santa Maria/RS. Assim, este projeto assume um caráter interinstitucional, por meio da parceria entre as instituições mencionadas. A educação, atividade e a terapia mediada por animais são práticas com critérios específicos onde o animal é a parte principal da atividade pedagógica e/ou terapia. Tais práticas têm por objetivo promover a melhora social, emocional, física e/ou cognitiva de seres humanos. Ainda, trata-se de uma atividade educativa onde os animais contribuem com o processo de ensino/aprendizagem, uma vez que se tornam uma influência motivadora no avanço da qualidade e desenvolvimento da mesma (MARTINS, 2006). Assim, pensa-se que o desenvolvimento de atividades de Cinoterapia no CA/UFSC e no SAF/UFSM, tende a trazer múltiplos benefícios para as crianças e adolescentes que participarem das mesmas, que serão avaliados e analisados pela equipe executora. Por fim, é válido destacar que é papel dos espaços educacionais e terapêuticos, buscar novas alternativas que possam otimizar a minimização dos déficits e/ou dificuldades que apresentam os estudantes e/ou pacientes.

## **ANEXO 22**

Respirando Cheiro Verde: desenvolvendo as habilidades cognitivas e emocionais

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Mariza Konradt de Campos e Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria Elza de Oliveira Lima

Estamos vivendo a era do estresse e da depressão. Em 1998, a própria Organização Mundial da Saúde já alertava que o estresse se constituía como a epidemia do século XX. Na esteira do estresse, em 2019, a ansiedade e a depressão são as principais “doenças”, problemas esses que se observam também no contexto escolar. Diante disso, algo pode e deve ser feito para tratá-las e, principalmente, preveni-las, dada a plasticidade do cérebro, um órgão sempre ávido por aprender. No intuito de atender a essa demanda, idealizou-se o projeto RESPIRANDO CHEIRO VERDE: desenvolvendo habilidades cognitivas e emocionais, o qual está vinculado ao projeto Cheiro Verde no Quintal da Escola, uma vez que usará toda a estrutura do mesmo para a realização das atividades. O projeto RESPIRANDO CHEIRO VERDE tem como objetivo estimular a saúde cerebral da comunidade do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina e demais interessados, por meio de exercícios de respiração com atividades emocionais e cognitivas com a utilização de ervas aromáticas. Baseado nos estudos sobre Homem-Natureza, as atividades de RESPIRAÇÃO SENSORIAL são realizadas no bosque e em diversos espaços do quintal do Colégio, uma vez que contamos com um rico espaço natural, com campos, árvores, córrego, jardins, plantas medicinais e horta. Assim como os músculos podem ser fortalecidos através do exercício físico, podemos fortalecer os nossos trajetos neurais com exercícios cerebrais, principalmente estimulando e fortalecendo o Sistema SENSORIAL. Para a realização deste trabalho, contamos com a colaboração da equipe do Projeto Aprendendo a respirar: VFC *Biofeedback* para Diminuir o Estresse, introduzindo o *biofeedback* cardiorrespiratório. Nesse projeto trabalha-se com a estimulação cognitiva, visando ao aumento de conexões cerebrais, a uma melhora no suprimento sanguíneo no cérebro, a um retardamento da progressão de desordens cerebrais degenerativas e, por conseguinte, a uma maior diversidade de trajetos neurais formados. Com o surgimento dessa diversidade de trajetos neuronais, poderá haver maior facilidade para a resolução de problemas e uma melhora no que diz respeito ao enfrentamento do estresse para aqueles que participarem do projeto.

Todo mundo conta histórias: crianças, professores e famílias tecendo e partilhando suas narrativas – 2ª edição

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Marília Gabriela Petry

O projeto de pesquisa e extensão aqui apresentado, representa o desejo de um grupo de professoras de Educação Geral do Colégio de Aplicação / UFSC, de qualificar o tempo de vivência da infância na escola, bem como de criar um espaço de estudo e reflexão acerca das práticas desenvolvidas a partir das Rodas de Histórias. O intuito de fortalecer e ampliar as práticas da Roda de História mobilizou-nos para a elaboração e sistematização desse projeto em sua segunda edição, buscando não perder de vista a relação dialética entre teoria e prática. Os encontros com as crianças, nas oficinas, nos momentos em que contam histórias na roda e em outros espaços, aliados ao estudo e reflexão sistemática, têm nos ajudado a pensar e rever algumas questões que compreendem os objetivos desse projeto e as relações que buscamos estabelecer nesse espaço e tempo com as crianças. Sendo assim, nesta edição, no âmbito da pesquisa, pretendemos compreender em que medida a Roda de Histórias pode contribuir para pensar e transformar a escola também em um lugar privilegiado da infância. Com este norte, intentamos investigar os critérios que devem ser levados em consideração quando escolhemos uma história para ser contada na escola; quais histórias as crianças do Colégio de Aplicação mais gostam; e, de que forma as oficinas de contação de histórias podem contribuir para que as crianças se tornem arautos e protagonistas na arte de narrar histórias. A pesquisa será embasada nos pressupostos dos Estudos da Infância, os quais sinalizam a importância da participação das crianças no processo investigativo. Nesse sentido, nossas ações e instrumentos de pesquisa serão desenvolvidos para, com e pelas crianças matriculadas nas turmas de 1º a 5º ano do ensino fundamental do Colégio de Aplicação. No âmbito da extensão, pretendemos dar continuidade e ampliar os cursos e eventos de extensão realizados na edição anterior, a saber: oficina semanal extraclasse de contação de histórias para os alunos do CA e comunidade externa; roda de histórias com as crianças, suas famílias e comunidade; organização de sarau infantil em parceria com outros projetos institucionais; encontros de formação acerca da narração de histórias na escola para acadêmicos de Pedagogia e Licenciaturas, bem como, professores do ensino básico. Esperamos que tais ações ampliem e consolidem os espaços de valorização da oralidade na escola, bem como oportunizem as crianças o direito a participação e ao protagonismo,

qualificando dessa forma o tempo e espaço de vivência da infância na escola. As atividades serão desenvolvidas nos anos de 2018, 2019 e 2020.

## **ANEXO 24**

Indicação e elaboração de recursos de Tecnologia Assistiva: Uma proposta de intervenção multidisciplinar para estudantes com deficiência no ambiente escolar

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Josiane Eugênio

A inserção de recursos de tecnologia assistiva no ambiente escolar pode favorecer a acessibilidade dos estudantes, facilitando seu desempenho, aprendizado e desenvolvimento (ROCHA; DELIBERATO, 2012). O campo de conhecimento relacionado a essa área envolve profissionais com diferentes expertises, tendo, portanto, caráter interdisciplinar. Assim, o projeto de pesquisa "Indicação e elaboração de recursos de Tecnologia Assistiva: uma proposta de intervenção multidisciplinar para estudantes com deficiência no ambiente escolar" tem como objetivo geral contribuir com a produção de conhecimento relacionado à tecnologia assistiva no contexto escolar, sob o enfoque interdisciplinar. Esse projeto foi iniciado no ano de 2018, formalizando a parceria entre o CA e o Laboratório de Prototipagem e Novas Tecnologias Orientadas ao 3D - PRONTO3D/FabLab, do curso de Design da UFSC. Essa iniciativa foi estabelecida com vistas a prover condições para confecção de recursos adequados às necessidades dos estudantes no ambiente escolar, integrando os saberes das áreas da Educação Especial, Design, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia. Nesse processo, são realizadas orientações aos graduandos do curso de Design que, em suas pesquisas, tenham o objetivo de desenvolver recursos de tecnologia assistiva que permitam ampliar as possibilidades de participação dos estudantes com deficiência dentro e fora da sala de aula. Concomitantemente ao desenvolvimento da pesquisa, têm sido realizadas oficinas abertas aos estudantes do CA no PRONTO3D/FabLab, de modo a disseminar conhecimento sobre materiais e processos disponíveis para a produção de recursos. Com o uso de novas tecnologias de produção automatizada, tais como corte laser e impressão 3D, o aprender fazendo é incentivado junto à construção de conhecimento. A compreensão desde o momento da contextualização sobre o tema da oficina, o desenvolvimento e participação no processo de produção dos materiais, se mostram como oportunidade de exploração,

interação e socialização, de forma lúdica e interativa. Em 2019, constituiu-se um grupo de estudos interdisciplinar sobre tecnologia assistiva e inclusão, o qual visa possibilitar um espaço de aprimoramento e diálogo permanente sobre essa área.

## ANEXO 25

“UBUNTU – Existir coletivamente através da consciência interseccional”

Coord. Everton Correa

O projeto de extensão “Ubuntu – Existir coletivamente através da consciência interseccional (classe, raça, gênero, sexualidade, etc)” tem como objetivo trabalhar a educação crítica pautada no debate sobre temas de importante relevância social (racismo, classismo, preconceito e violência de gênero, entre outros) em diferentes instâncias do processo de formação das/dxs/dos estudantes e da equipe profissional do Colégio de Aplicação. Além de propiciar um melhor ambiente de convivência, também buscaremos orientar o desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes em formação, tornando-os mais conscientes das situações relativas a si e ao contexto em que vivem. De tal forma, através de uma metodologia variada – indo desde a exibição de filmes com debate, passando por oficinas, atividades lúdicas e rodas de conversa, entre outras propostas – esse projeto visa inserir-se e integrar-se como um *locus* de rediscussão e reconstrução das relações humanas dentro do Colégio de Aplicação, tanto como uma ferramenta na formação de estudantes que são atendidos pelo Colégio de Aplicação. O projeto recebe apoio do grupo de pesquisa e extensão “Alteritas – Educação e Diferença” CNPq/CED/UFSC, do grupo de pesquisa Perspectivas Queer e Decoloniais – CNP/CCE/UFSC e da SAAD – Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade da UFSC. Aprovado em Colegiado delegado em 14 de outubro de 2019.

## ANEXO 26

Um caminho diferente para aprender a ler e escrever

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Mariza Konradt de Campos e Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria Elza de Oliveira Lima

O projeto *Um caminho diferente para aprender a ler e escrever* foi criado em 1991, pela Orientadora Educacional, professora Maria Elza de Oliveira Lima, no intuito de buscar

novas possibilidades de intervenções pedagógicas para crianças que apresentavam dificuldades no seu processo de alfabetização, visando promover um ensino de qualidade/sucesso para todos, incluindo alunos com necessidades especiais. Nestes 28 anos, o projeto passou por reestruturações e atualmente conta com a participação da professora Maria Elza de Oliveira Lima e da professora Mariza Konradt de Campos, alfabetizadora que ingressou no projeto em 2003 incorporando ao projeto a perspectiva de ecoalfabetização.

O projeto *Um caminho diferente para aprender a ler e escrever* é uma proposta socioconstrutivista que objetiva desenvolver uma prática pedagógica fundamentada teoricamente em Piaget, quanto à construção do conhecimento e Vygotsky, quanto às contribuições sobre linguagem e interação entre os sujeitos. A proposta didática socioconstrutivista, possibilita ao sujeito a apropriação das diferentes linguagens que lhe permita interagir com a realidade e com os outros de forma ampla. O Projeto trabalha com a concepção da transdisciplinaridade, abordagem essa, que visa a unidade do conhecimento, o que não significa apenas que as disciplinas colaboram entre si, mas significa também que existe um pensamento organizador que ultrapassa as próprias disciplinas. Neste sentido, os professores procuram ser investigadores e organizadores de experiências significativas. Agem, criam e recriam alternativas pedagógicas a partir da observação e do conhecimento que possuem de seus alunos, desenvolvendo sempre ações que promovam a interação e provocando desafios para que estes resolvam e avancem na aquisição dos conhecimentos. É também um processo de construção do conhecimento social, porque se efetiva na interação do sujeito que aprende com o outro, os objetos e seu contexto social. Em resumo, como já pontuado no próprio nome do Projeto, a proposta é a de buscar um caminho diferente para aprender a ler e escrever, na perspectiva de que a criança se alfabetize em contextos de uso social da escrita, ou seja, se alfabetize em contextos de letramento. Isso por se considerar que não é mais possível alfabetizar fora de contextos de sentido, o que, exige levar para dentro da escola, a linguagem tal qual ela existe fora da escola; ou seja, é preciso alfabetizar por meio de gêneros do discurso, sem contudo, desconsiderar que o código alfabético também precisa ser ensinado.

## **ANEXO 27**

Arte na Escola

Coord. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Fabíola Cirimbelo Búrigo Costa

O Colégio de Aplicação participa do Projeto Arte na Escola desde 1992, quando foi criado como projeto de ensino, pesquisa e extensão, atuando em parceria com o Centro de Arte da UDESC em convênio com o Instituto Arte na Escola, realizando pesquisas, publicações e atuando junto à coordenação. Atualmente, denominado Arte na Escola - Polo UFSC é coordenado pelo Colégio de Aplicação em parceria com o Departamento Artístico Cultural - DAC e integra a Rede Arte na Escola, uma organização que articula instituições brasileiras de ensino superior (IES), culturais e educacionais com o Instituto Arte na Escola, e, tem por objetivo qualificar professores de arte por meio de parcerias locais, reunindo esforços a fim de disponibilizarem meios e materiais múltiplos ao ensino de arte. Presente em diversos estados brasileiros, a Rede Arte na Escola vem desenvolvendo suas ações através de três programas: Educação Continuada, MEDIATECA e Prêmio Arte na Escola Cidadã, com vista à educação contínua dos professores de Arte da Rede Pública. O Pólo UFSC mantém a MEDIATECA Arte na Escola com uma série de DVDs acompanhados de material pedagógico sobre Arte Brasileira, livros de arte e kits do material pedagógico artbr, disponibilizados para consulta e empréstimo na biblioteca do Colégio de Aplicação da UFSC.

Ações do PAE:

- Grupo de Estudos Arte na Escola Polo UFSC – Coord. Prof.a Dr.a Fabíola Cirimbelli Búrigo Costa
- Ampliar reflexões e vivências em Arte e Ensino de Arte, visando a formação do professor de arte e a qualificação do Ensino de Arte na Escola.
- Curso Viverarte 2019: Processos Poéticos de devir professor – Coord. Prof.a Dr.a Fabíola Cirimbelli Búrigo Costa
- Propiciar experiências e vivências artísticas potencializadoras de criações poéticas para a vida e para a docência.

## **ANEXO 28**

Coral Infante Juvenil do Colégio de Aplicação

Coord. Prof.a Ms. Maria Cristiane Deltregia Reys

O Coral é uma atividade presente no Colégio de Aplicação desde sua fundação, passando à atividade permanente de extensão em 1998. Desde 2011, o projeto está sob a coordenação da professora M. Cristiane D. Reys e participação do professor Luciano Py de Oliveira. Em

2013 o grupo passou a ser chamado de “Cantoria: Coral Infantil do Colégio de Aplicação – UFSC” com o objetivo de atender exclusivamente as crianças do primeiro até o sexto ano do Ensino Fundamental. Para ingressar no Coral não há nenhum processo de seleção vocal, as vagas são preenchidas segundo o interesse das crianças e há reserva de vagas para crianças de outras escolas. Desde 2013, o interesse pela atividade tem aumentado, sendo necessário organizar lista de espera e observa-se uma positiva integração com as famílias. As famílias incentivam as crianças e acompanham os trabalhos auxiliando no transporte de materiais e na segurança do grupo durante as apresentações. A metodologia de ensaios inclui aquecimento vocal, dinâmicas para interação dos integrantes, aprendizado musical e construção de repertório. São objetivos do projeto desenvolver o conhecimento musical por meio do canto coral; realizar atividades de técnica vocal: respiração, dicção, emissão sonora, aquecimento; conhecer elementos básicos do som, tanto materiais como expressivos; desenvolver a percepção, a memória auditiva, o senso rítmico e a afinação; conhecer e utilizar sinais básicos de notação musical convencional e analógica; formular e compreender conceitos da linguagem musical; participar da elaboração de arranjos e composições musicais coletivas; conhecer repertório de diferentes estilos e origens; participar de apresentações musicais em grupo; compreender o contexto sonoro do cotidiano de uma maneira crítica e atuante; desenvolver a cognição musical em um processo de interação, respeito mútuo e colaboração; desenvolver competências ‘extramusicais’ como atenção e concentração, coordenação motora e conscientização corporal. Espera-se, com este projeto, atender a comunidade escolar e também crianças de outras escolas, contribuindo com seu desenvolvimento musical, além de proporcionar vivências em grupo e desenvolver a capacidade de interagir, cooperar e resolver problemas.

## **ANEXO 29**

Pés na Estrada do Conhecimento: Iniciação Científica na Escola (Anxo 29)

Coord. Prof.º Dr. José Carlos da Silveira

O percurso do Colégio de Aplicação com a iniciação científica remonta aos anos 90 quando da criação do Projeto Pés na Estrada do Conhecimento, coordenado pelo professor José Carlos da Silveira. A iniciativa de inserir, no nono ano, a formação dos jovens para a elaboração de questionamentos, projetos, metodologias e apresentação de resultados, ligada a temáticas dos movimentos sociais e da formação histórica do Brasil, foi, ao longo dos anos, sendo curricularizada. Hoje, há duas hora-aula semanais na grade curricular do nono ano



para Iniciação Científica, que realiza saídas de estudos para Itá (RS) e Aratiba (SC), pesquisando a produção de energia por hidrelétricas e a situação dos atingidos por barragens, e para as cidades históricas de Minas Gerais, aprofundando os estudos sobre o período colonial, a escravidão e o Brasil no ciclo do ouro e seus reflexos sobre a constituição do Brasil atual. Assim, tem por objetivo propor um olhar diferenciado sobre o trabalho na sala de aula, como ambiente de pesquisa e construção do conhecimento, sintonizado com as múltiplas questões da realidade que cercam os estudantes, na perspectiva da formação de uma consciência crítica e cidadã.

### **ANEXO 30**

Projeto Córdoba

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Danusa Meneghello

O projeto Córdoba promove todos os anos idas de alunos brasileiros para a Argentina e a vinda de estudantes argentinos para o Brasil. Busca trabalhar a integração cultural e vivenciar como realidade o sonho da Pátria Grande. Participam alunos do Colégio de Aplicação e alunos da Escola Superior do Comércio Manoel Belgrano, da cidade de Córdoba, que formulam projetos de pesquisa e ampliam seus horizontes.

Como resultado desse trabalho e parceria já foi garantida a inclusão do ensino do espanhol no Colégio de Aplicação desde 1996 e também da disciplina de estudos latino-americanos, desde 2003, no currículo normal, utilizado para todos os estudantes do colégio.

### **ANEXO 31**

Espaço Estético CAUFSC

Coord. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabíola Cirimbelli Búrigo Costa

O Espaço Estético CA/UFSC é um projeto de ensino e extensão de caráter permanente. Um local destinado a exposições e mediações culturais que refletem sobre a pesquisa em artes visuais, abrindo espaço para relações do universo escolar com o universo entorno. O Projeto surge de um processo de ensino e aprendizagem que envolva o estudante na produção poética, na contextualização destas produções e na crítica de arte, configurando-se como o local de sistematização desta produção. Ali acontecem exposições de estudantes, de artistas

convidados, de egressos, de professores, que encontram nesse lugar a ocasião de apresentar poéticas, experimentações e práticas de sala de aula ou extracurriculares, com o intuito de promover a fruição, a reflexão crítica e o diálogo entre a produção estética e a comunidade escolar. Criado em 1997, suas atividades iniciam em 1998, sendo ao final deste mesmo ano aprovado como espaço permanente da escola, por solicitação efetuada em relatório. Sua regulamentação como Atividade de Caráter Permanente do Colégio de Aplicação da UFSC, passa a ocorrer por meio da Normativa de Nº 004/CA/2004 de 27 de outubro de 2004. O projeto idealizado e implantado pela professora Fabíola Cirimbelli Búrigo Costa foi frequentemente coordenado por esta, com exceção dos períodos de afastamento para formação em mestrado (1992-1993) e doutorado (2013-2016), períodos respectivamente coordenados por Neide Pelaez de Campos e por Sheila Luzia Maddalozzo, professoras de Artes Visuais da escola. O livro: O Olho que se faz olhar: espaço estético no contexto escolar (2013) conta parte da história deste espaço apresentado os sentidos do Espaço Estético para alunos do Ensino Fundamental.

## **ANEXO 32**

Capoeira da Ilha – Na Roda da Vida: Capoeira e Resistência

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Danuza Meneghello

Capoeira da Ilha – Na Roda da Vida: Capoeira e Resistência se insere entre aqueles que primam pela ética de comprometimento público com a sociedade civil, têm como um dos seus objetivos para 2019 dar continuidade ao trabalho desenvolvido nos núcleos de capoeira e registrar o trabalho realizado no Projeto de Extensão e na Capoeira de Florianópolis. Conserva na sua essência as perspectivas que moldam a nossa compreensão sobre essa manifestação: um fenômeno histórico-cultural brasileiro, uma prática corporal social de resistência ainda possível e necessária. O projeto trata da capoeira no colégio, na universidade, mas enquanto extensão atravessa o campus universitário. A capoeira ensinada neste projeto vai além do jogo e da luta, agregamos o sentido histórico e cultural. Suas músicas e seu ritmo fazem com que identifiquemos a grande gestualidade, ludicidade e riqueza corporal desta tradição, que na sua prática, cotidiana, promove o resgate da identidade nacional. Difundir a capoeira, sua filosofia, história e prática, enquanto manifestação cultural afro-brasileira, numa perspectiva de resgate às suas raízes através da

promoção de atividades culturais e artísticas relacionadas à capoeira em Florianópolis. Eis o principal objetivo. Para alcançar positivamente essa meta estaremos colocando em movimento diversas ações. No corpo do projeto elas aparecem de forma mais detalhada. Desenvolver atividades de extensão nos núcleos localizados da UFSC e nos núcleos localizados no bairro do Pantanal, da Cachoeira do Bom Jesus, do Monte Verde, de Coqueiros e da Tapera. Realizar encontros culturais e socioeducativas; realizar o Encontro Anual do Grupo Palmares; realizar encontros entre os núcleos de capoeira; participar e fomentar as Rodas Tradicionais da Capoeira da Ilha

### **ANEXO 33**

Sobre Tudo

Coord. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Muller

A revista Sobre Tudo é um periódico que completa 17 anos de história com oito volumes publicados. Surgiu do desejo de dar visibilidade às produções textuais de estudantes do Colégio de Aplicação da UFSC, no ano 2000.

Em 2017 as publicações da revista foram retomadas, reafirmando a revista Sobre Tudo como espaço democrático para professores e estudantes da Educação Básica, com a publicação de textos de natureza científica, artística e literária, voltados às áreas Multidisciplinar e de Ensino. O conselho consultivo conta agora com professores de universidades brasileiras e internacionais, a periodicidade é semestral e a veiculação *online*, a fim de ampliar o alcance do público e o diálogo. Atualmente, além da professora Fernanda Muller, o projeto conta com a participação das Gláucia Dias da Costa e Lara Duarte Souto Maior.

### **ANEXO 34**

Brinquedoteca LabrinCA

Coord. Prof.<sup>a</sup> Pós-Dr.<sup>a</sup> Leila Lira Peters

O LabrinCA, Laboratório de Brinquedos do Colégio de Aplicação, é uma atividade permanente desenvolvida em parceria com diversos cursos da UFSC, tais como Pedagogia, Educação Física, Psicologia, Biblioteconomia e Arquitetura que se consolida como um

espaço de brincar no universo escolar. Ele é uma brinquedoteca escolar que tem como objetivo propiciar o acesso a uma variedade de jogos, brinquedos e fantasias aos alunos do ensino fundamental e permitir a expressão e a experimentação da cultura lúdica infantil. A estrutura do LabrinCA possibilita que professores desenvolvam projetos de ensino e pesquisa, e graduandos realizem estágios vivenciando distintas tarefas necessárias ao funcionamento de uma brinquedoteca. Assim, busca uma maior integração dos conteúdos sobre a infância e o brincar na escola em diferentes disciplinas e, conseqüentemente, o aumento na produção e na divulgação científica sobre o tema.

### ANEXO 35

Confraria Literária do Colégio de Aplicação – Incentivo à Leitura e Ativismo Cultural  
Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Arlyse Silva Ditter

Há muito se descreve o poder da arte como formadora e transformadora da humanidade, por ser um "*locusvivendis*" de identificação e reflexão sobre a condição humana. O projeto que se apresenta a seguir descreve e propõe ações edificantes desse *locus* com um trabalho de formação do leitor e ativismo cultural no projeto "*Confraria Literária do Colégio de Aplicação: incentivo à leitura e ativismo cultural*". Nele participam, desde 2013, alunos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio do Colégio de Aplicação, alunos da graduação da UFSC, bem como sujeitos de toda comunidade dessa universidade, tais como professores e técnicos, entre outros. Com encontros periódicos, em um turno extra-oficial, os integrantes do grupo debruçam-se sobre um autor ou uma obra, em atividades estruturadas, ou não. Às vezes sob a condução docente (nem sempre por um professor de Literatura ou Artes), ou seja, o projeto pretende-se inter e transdisciplinar. E outras vezes ocorre sob a condução discente. No processo, busca-se construir estratégias didáticas lúdicas, que demarquem a experiência estética para as atividades, o diálogo com outras linguagens e, principalmente, que os leitores se encontrem com outros leitores para compartilhar suas experiências estéticas literárias, cinematográficas e musicais, ampliar seus repertórios, refletir sobre vários temas. Características que atendem ao processo de letramento, conceito que norteia os trabalhos com os textos e que as pesquisas em seu entorno têm reforçado o caráter de prática social com literatura e com artes, para além do tradicional papel sacralizado que recebem na formação acadêmica. O movimento do grupo

é conduzido pelas premissas da teoria da pesquisa-ação, que prevê uma participação democrática dos atores envolvidos em uma ação, transformando-a de acordo com suas necessidades, entre outros aspectos que dinamizam essa metodologia. O projeto contribui, portanto, para a formação de leitores de literatura e de objetos culturais em outras linguagens da arte – cinema e música, e acredita-se que possibilite a formação de sujeitos capazes de construir uma sociedade mais reflexiva, crítica e sensível.

### **ANEXO 36**

#### *Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Life*

*Coord. Prof.º Dr. Hamilton de Godoy Wielewicki*

O Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - Life é um programa da CAPES que fomenta a criação de espaços, estruturas e recursos para a formação docente em instituições públicas de educação superior. A UFSC foi contemplada através do Edital 067/2013 para constituir seu LIFE. O projeto do LIFE-UFSC começou a ser implantado em 2014 e sua sede está localizada no Bloco B do Colégio de Aplicação da UFSC. O Life-UFSC se constitui por um conjunto de espaços educativos dentro da estrutura física das escolas de Educação Básica da UFSC – Colégio de Aplicação (CA) e Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), caracterizados pelo:

- Desenvolvimento de ações integradas e interdisciplinares entre cursos de licenciatura e educação básica, através de temáticas potencializadoras de convergência entre os atores da formação;
- Estudo e construção de proposições teórico-metodológicas voltadas ao atendimento de necessidades específicas de ensino/aprendizagem de estudantes;
- Compartilhamento e potencialização de recursos com vistas a uma sólida formação de caráter interdisciplinar, solidário, plural e socialmente relevante, envolvendo estudantes e professores de cursos de licenciatura e da educação básica, bem como de participantes de programas institucionais tais como PIBID, PIBIC, OBEDUC;
- Apoio integral de pessoal técnico especializado (psicólogas, pedagogas, assistentes sociais, fonoaudióloga, arteeducadoras), plenamente inserido na concepção e implementação do laboratório, com vistas ao adequado assessoramento em questões relativas ao acolhimento da diversidade, da pluralidade estética e da inclusão.

## ANEXO 37

### PASCH

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Cassia Sigle

O presente projeto surgiu do convênio internacional já existente desde 2008 entre o Colégio de Aplicação (CA) UFSC e o Instituto Goethe. O CA da UFSC faz assim parte da iniciativa internacional chamada "PASCH – Escolas: uma parceria para o futuro". Desde então, inúmeras atividades têm sido promovidas, tais como: oficinas, palestras, concursos (vídeos, *foto-story*, história em quadrinhos, etc.), gincanas, eventos artísticos culturais, provas de proficiência em língua alemã, relatos de viagem, oferecimento de bolsas de estudo para frequentar cursos de alemão para jovens na Alemanha, dentre outras. Ressalta-se que tanto os livros didáticos de nossos alunos de alemão quanto o material didático necessário para uso em sala de aula estão sendo fornecidos pelo Instituto Goethe. Os objetivos gerais do Projeto são: a) Despertar o interesse dos jovens do CA pela Alemanha de hoje e sua sociedade; b) Motivar o aluno para o interesse e o aprendizado da língua alemã; c) Fortalecer e ampliar a rede de escolas parceiras do CA no Brasil e no Exterior; d) Promover o respeito pelas línguas estrangeiras e suas respectivas culturas; e) Estimular a participação dos alunos em eventos culturais que envolvam a língua estrangeira, como ouvintes ou como apresentadores de oficinas. Os objetivos específicos são: a) Preparar os alunos do CA para as provas de proficiência do Instituto Goethe; b) Realizar intercâmbios de alunos entre escolas do Brasil e do Exterior; c) Auxiliar na seleção dos alunos para participação do curso de alemão para jovens na Alemanha; d) Oportunizar a participação dos professores de alemão do CA em cursos de formação continuada, seminários, congressos e encontros de professores de alemão no Brasil e no Exterior; e) Promover palestras, concertos, concursos (de clipes, de redação, de histórias em quadrinhos, etc.) entre os alunos das escolas parceira. Metodologia: O público alvo do projeto são alunos de alemão da 3ª Série dos Anos Iniciais, da 6ª a 9ª Séries do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º Ano do Ensino Médio. Para acompanhar os alunos nos estudos, nas candidaturas às bolsas, na participação em eventos, serão oferecidas aulas no contraturno, quatro vezes por semana, com duração de 45 minutos cada aula. Serão utilizados materiais didáticos complementares e materiais específicos para

as provas do Instituto Goethe. Espera-se com esse projeto uma troca e enriquecimento cultural como um todo, tanto para os alunos quanto para os professores do Colégio.

### **ANEXO 38**

X Intercâmbio Acadêmico-Cultural CA/UFSC CAp/UFGS - Projeto Tchê-Mané – Coord. Prof.º Tomás Figueiredo Fontan

O intercâmbio entre os Colégios de Aplicação da UFSC e da UFRGS, intitulado "Projeto Tchê-Mané", tem por objetivo geral estreitar laços entre as duas instituições de ensino básico da rede federal de ensino, permitindo a professores e estudantes secundaristas desenvolverem ações de extensão nas respectivas cidades e experiências interdisciplinares nos colégios. Na nona edição, o intercâmbio abordou o tema da moradia urbana na Grande Florianópolis. Efetivamente estamos construindo um intercâmbio permanente entre dois Colégios de Aplicação com a realização de atividades sob a forma de oficinas que chamaríamos de Intercâmbio de Conhecimento, tendo como tema geral para o ano de 2019, “Moradia e direito à cidade: ocupações urbanas na Grande Florianópolis”.

### **ANEXO 39**

Moodle no Colégio de Aplicação/UFSC

Coord. Prof<sup>ª</sup>. Ms. Sandra Madalena Pereira Franke

Segundo Vygostsky, no decorrer da história humana, instrumentos e signos foram criados provocando transformações no comportamento social e no nível cultural. Atualmente, o uso da internet vem proporcionando mudanças. No entanto, a capacidade de transformação do ser humano se torna efetiva ou não em função dos usos que faz das tecnologias. À medida que mais e mais estudantes e professores fazem uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, diferentes formas de produção do conhecimento de forma colaborativa vão surgindo possibilitando a inovação do processo de ensino e aprendizagem. É neste contexto que surge o *Moodle*, software livre de código fonte aberto, que permite mediar às interações e as trocas de informações entre professores e estudantes, entre os próprios estudantes e de professores e estudantes com o conteúdo. Possibilita estratégias de aprendizagem com

aparelhos móveis, menos dependentes do tempo de espaço, e de forma ativa e colaborativa. O acesso à plataforma requer identificação do usuário e uma senha, demanda conexão com a internet e, atualmente, já pode ser feito por dispositivos móveis. Nas pesquisas realizadas desde 2011, no Colégio de Aplicação, percebemos que os estudantes precisam de ajuda para fazer o primeiro acesso e pode-se inferir que, na percepção dos estudantes, é bom trabalhar na plataforma. Constantemente a plataforma sofre alterações e são cursos de extensão que possibilitam a comunidade se inteirar e discutir sobre recursos e atividades disponíveis. Objetivamos apresentar o *Moodle* - UFSC, suas possibilidades e limites de uso, para a comunidade do Colégio de Aplicação – UFSC. Os objetivos são: i) habilitar os estudantes do Ensino Médio e demais membros da comunidade escolar do Colégio de Aplicação-UFSC a usar a plataforma Moodle; ii) Promover um curso de extensão sobre recursos e atividades disponíveis na plataforma *Moodle* - UFSC. Para atingirmos nossos propósitos, o caminho metodológico prevê uma aula para orientar os estudantes do ensino médio sobre o acesso e meios de comunicação. Também, pretende-se orientar e auxiliar os estudantes do 1º, 2º e 3º do ensino médio e outros membros da comunidade que apresentem dificuldade de acesso ou uso do *Moodle*. Para apresentar os recursos e atividades disponíveis na plataforma será ofertado um curso de extensão aberto para professores, servidores e outros membros da comunidade. Consideramos a possibilidade de novas práticas de ensino e aprendizagem. Além da professora Sandra M. P. Franke participam dos projetos professores Alfredo Müllen da Paz, Ana Karina TimboleHobmeir e Reginaldo Manoel Teixeira.

## ANEXO 40

Coletivo Lixo Zero

Coord. Prof.<sup>a</sup> Ms. Marina Guazzelli Soligo

O presente projeto tem como objetivo geral potencializar ações transdisciplinares de cuidado com o outro e o ambiente no Colégio de Aplicação, de modo que este se aproxime do conceito de Espaço Educador Sustentável. Para tanto, prevê a retomada do grupo conhecido atualmente no CA como Coletivo Lixo Zero visando à representação de todas as categorias/segmentos da comunidade escolar. Conta com a parceria institucional do Núcleo de Educação Ambiental (NEAmb) do Centro Tecnológico- CTC da Universidade Federal de Santa Catarina. Metodologicamente contempla procedimentos para consolidação e



organização do Coletivo enquanto um espaço democrático e autogestionado, inspirado no modelo da COM-VIDA (modelo orientador elaborado pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério do Meio Ambiente para as escolas no que tange às questões ambientais e qualidade de vida); assim como, plano de intenções para dar continuidade à Gestão de Resíduos Sólidos (GRS) no CA e ampliação para outras temáticas. O público alvo direto do projeto é a comunidade escolar do Colégio de Aplicação da UFSC; enquanto indiretamente o projeto colabora com a produção de conhecimento para toda a comunidade universitária e contribui com a formação dos acadêmicos de diferentes cursos de graduação da universidade ao contemplar a parceria com o NEAmb, estando diretamente alinhado com o propósito do Colégio de Aplicação.

#### **ANEXO 41**

### **Histórico de Construção do PPP do CA**

A escola, para construir organicamente seu próprio Projeto Político Pedagógico<sup>5</sup> e assumir sua função social reafirmando sua identidade, precisa conhecer e compreender a própria história.

Neste sentido, no segundo semestre de 1997, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de investigar os dados da realidade do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina e analisá-los a fim de identificar os problemas relevantes desta realidade, buscando os pontos básicos para o processo de transformação da mesma.

A Equipe de Avaliação Institucional, responsável por esta tarefa, iniciou os trabalhos com a apresentação de um projeto de pesquisa intitulado: Avaliação-Diagnóstico da Instituição Escolar – Um Elemento para a Construção do Projeto Político-Pedagógico, que tinha como objetivo obter diagnóstico global da realidade da instituição para, a partir da tabulação e da análise dos dados, deliberar por necessidades, desafios e perspectivas com vistas à melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão respaldada por uma proposta pedagógica inovadora.

---

<sup>5</sup>A construção do PPP-CA teve início na gestão do professor Paulo Roberto Oliveira (1996-2000) até junho de 2004, final da gestão do professor César de Medeiros Régis.

Por proposição da Equipe de Avaliação Institucional foi criado um Organograma, bem como um Fluxograma do trabalho a ser realizado, sendo criadas as Equipes de Divulgação e de Legislação, ficando a coordenação das atividades a cargo da Equipe de Sistematização.

Dando prosseguimento aos trabalhos, a Equipe de Avaliação Institucional elaborou instrumentos de pesquisa diferenciados para os quatro segmentos da comunidade, buscando em cada um deles focar os aspectos que poderiam fornecer informações e contribuições para a realização de uma análise ampla da realidade desta comunidade, numa investigação que abrangeu: identificação, potencialidades, deficiências, escolaridade, aspectos sócioeconômicos, técnico-administrativos e organizacionais, didático-pedagógicos e administrativos do sistema acadêmico, pedagógicos e organizacionais e espaço livre para sugestões/considerações.

De posse dos dados, qualitativos e quantitativos, tabulados a equipe passou a organizar o Planejamento de Organização Escolar, que aconteceu sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Ana Maria Borges de Sousa e com a representatividade dos quatro segmentos da comunidade escolar, escolhidos por seus pares.

No momento do Planejamento Estratégico, três dias de intensas discussões, foram apresentados os resultados da consulta à comunidade escolar: características, desejos, opiniões e peculiaridades que possibilitassem a reflexão sobre a escola que se nos apresentava naquele momento e qual se gostaria de ter. Principalmente quais seriam as ações prioritárias que norteariam o caminho a ser percorrido.

Para orientar essa reflexão a respeito da escola que gostaríamos de ter, foram levantados princípios que estão representados na “Árvore dos Princípios” do Colégio de Aplicação.

Neste sentido, foram criadas cinco equipes de governo, compostas de representantes dos quatro segmentos da comunidade escolar e com as ações que cada uma deveria executar para atingir os objetivos propostos:

- 1º. Equipe n.º1: Reestruturação Curricular e Organização Didática;
- 2º. Equipe n.º 2: Espaço Físico e Organograma
- 3º. Equipe n.º 3: Comunicação e Divulgação
- 4º. Equipe n.º 4: Fórum Permanente
- 5º. Equipe n.º 5: Resgate Histórico

A Equipe da Reestruturação Curricular, com o apoio da Equipe do Fórum realizou diversos momentos de discussão com palestrantes da UFSC e externos a ela, com o objetivo de subsidiar a comunidade na reflexão e aprofundamento a respeito da concepção de homem, sociedade, mundo, educação/escola (concepção de aprendizagem e desenvolvimento, currículo e avaliação).

Durante todo o processo de discussão e implementação do Projeto Político Pedagógico, a Equipe n.º 5: Resgate Histórico realizou pesquisas documentais, entrevistas e coleta de materiais fotográficos com o objetivo de lançar um livro sobre a história do Colégio de Aplicação.

Em abril de 2001 foi realizado um Seminário de Avaliação e Replanejamento do Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação, sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Ana Maria Borges de Sousa. Após três dias de debate com representantes dos quatro segmentos da comunidade escolar, foi avaliado que deveria ocorrer uma reorganização das equipes de governo, transformando-as em Grupos de Trabalho. A Equipe de Sistematização passou a se chamar Equipe de Articulação e foram criados dois novos Grupos de Trabalho: Identidade e Vinculação.

Em fevereiro de 2003, coordenado pela Equipe n.º 1, realizou-se o I Congresso Temático *Estrutura Curricular e Regime de Ensino*, com a participação de delegados, representantes da comunidade escolar. As deliberações deste congresso depois de homologadas pelo Colegiado do Colégio de Aplicação foram aprovadas pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências da Educação.

No final do ano de 2004 o sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem, modificado pelo I Congresso Temático e implantado no ano letivo de 2003, foi avaliado. O mesmo se deu no final do ano letivo de 2006, quando foram realizados ajustes que entraram em vigor no ano letivo de 2007.

Em novembro de 2003, coordenado pela Equipe n.º 2 e organizado de forma semelhante ao I Congresso, realizou-se o II Congresso Temático, onde ficou definida a Estrutura Organizacional do Colégio de Aplicação.

No ano de 2005 a Direção encaminha a primeira discussão, com o objetivo de revisar, na íntegra, o PPP do CA. Inicia-se por uma avaliação do PPP implementado no segundo semestre de 2003<sup>6</sup>. Para fundamentar esta avaliação a Direção apresenta e distribui os dados

---

<sup>6</sup>Até 2003, ano de implementação do PPP, o CA tinha um sistema bimestral em que recuperação ocorria ao final do ano letivo -2ª época, com aula aos alunos dentro do modelo de atendimento paralelo, ou seja, uma hora/aula para cada docente

do levantamento realizado junto aos professores e alunos, sobre o Sistema de Trimestralidade. Neste ano, momento de início da revisão do PPP, foi deflagrada uma longa greve de docentes, que no caso do CA durou mais de 100 dias. Os reflexos desta serão sentidos até 2008.

No calendário letivo de 2006 são previstos diversos Fóruns Pedagógicos-FOPEs de revisão do PPP. Como rescaldo da greve estes momentos de debates foram interrompidos, em função dos questionamentos da Associação de Pais e Professores, APP, sobre a reposição da greve e a proposta de Calendário Escolar para o ano letivo de 2006.<sup>7</sup>

Este debate foi interrompido e a validade do PPP do CA passou a ser questionada pelo Conselho de Entidades e Bases da Pró Reitoria de Ensino e Graduação, CEB/PREG, apesar da aprovação deste documento nos Congressos (com todos os segmentos) e no Conselho de Unidade do Centro de Ciências da Educação.

Em 2007, o ano letivo inicia-se em abril e são retomadas as discussões. A Direção Geral, de Ensino e Assessoria Pedagógica apresentam uma proposta, para discussão nas disciplinas, de alteração curricular para o Colégio de Aplicação. De forma pontual a proposta de alteração curricular se centrava:

- a) Na organização curricular por Áreas de Conhecimento ou Núcleos Disciplinares.
- b) Na alteração da carga didática (nº. Aulas) das disciplinas.
- c) Na autonomia da construção curricular pelo aluno: 20% da carga horária de livre escolha do aluno (projetos interdisciplinares de Iniciação Científica)
- d) Na extensão de Filosofia e Sociologia no ensino médio, mantendo-se sociologia na 8ª série/9º ano.

Como elementos complementares:

- a) Introdução de uma Avaliação Interdisciplinar trimestral.
- b) Fim das Provas Finais.
- c) Mudança na Recuperação de Estudos.

---

durante a semana. Era facultativo para o aluno e se constituía em um espaço para dúvidas. Após 2003 aprovamos a recuperação de estudos (RE) proporcional ao número de aulas da carga didática na série, isto é, as disciplinas com 4 h/a semanais teriam 2 h/a de RE, as demais apenas 1 h/a para a RE, de cunho semanal, no turno contrário e com horário estabelecido pela Direção. Criou-se, ainda, a semana de provas de RE, após o término do trimestre para os alunos que não obtivessem a média de aprovação.

<sup>7</sup>A discussão sobre a reposição da greve chegou a questionamento, pela APP, junto ao CNE, que se manifestou quanto ao Calendário Escolar do CA, no parecer n.º 15/2007. No Calendário Escolar foram introduzidos os FOPEs (Fóruns Pedagógicos). Para realização dos fóruns as aulas de um turno eram suspensas para que ocorressem as discussões propostas. Na parada seguinte eram suspensas as aulas do turno oposto. A APP não aceitou esta proposição e juntamente com a Administração Central da UFSC (leia-se PREG) questionaram o calendário do CA para aquele ano.

No ano de 2008, a partir da discussão da proposta de Reforma Curricular, os docentes avaliam que em função do desajuste no Calendário Escolar (ano letivo e civil não coincidem desde 2005 até 2008), a mudança deveria ocorrer apenas na Recuperação de Estudos. Ademais o CA contava com 44% de substitutos e alta rotatividade de docentes.

Por decisão das Reuniões Gerais, as discussões já não ocorrem na perspectiva de uma Reforma Curricular, mas apenas em aspectos pontuais, como na Recuperação de Estudos, por exemplo.

Assim, um levantamento realizado junto ao corpo docente e discente orienta e fundamenta a primeira modificação na RE, pois:

- a) 60% dos docentes entendiam que a Recuperação de Estudos era igual ao Atendimento Paralelo (modelo usado até 2003 e modificado a partir de então pelo PPP).
- b) 72% confirmaram que a recuperação não se realizava na sua disciplina.
- c) 65% dos alunos consideraram que a recuperação não ocorria. Muitos afirmaram que não eram convocados<sup>8</sup>.
- d) 70% dos alunos entendiam a RE mais como um espaço para tirar as dúvidas, ou seja, semelhante ao Atendimento Paralelo.

Deste modo, a mudança aprovada para a Recuperação de Estudos foi:

- a) Todo aluno com nota abaixo de 6,0 (seis pontos) estaria em RE. Seria convocado pelo professor para as aulas de recuperação e realizaria prova na semana de provas de RE ao final do trimestre.
- b) A nota da RE compunha um “banco de notas” (até 2008) que seria usado apenas no final do ano, caso o aluno não atingisse média (6,0) de aprovação nos trimestres. Caso o aluno obtivesse média de aprovação nos trimestres, a(s) nota(s) da RE não seria computada.

No ano de 2009 o calendário do ano letivo coincide com o ano civil, tendo em fevereiro o Planejamento Institucional em que a Direção apresenta o “Perfil sócio educacional dos escolares do Colégio de Aplicação”<sup>9</sup>. Este levantamento se constitui em importante documento de referência para compreensão do perfil do aluno do CAp-UFSC. Quem é esta criança? Quem é este adolescente? Quais conhecimentos eles trazem para escola? Quais os bens culturais a que tem acesso? Onde moram? Quais seus hábitos de

---

<sup>8</sup>Na definição do PPP a Recuperação seria convocada pelo professor e obrigatória para o aluno (Regimento Escolar).

<sup>9</sup>Elaborado pelos professores Romeu Bezerra, Sylvania Damiani, Aceli Catarina e Mário César Pires, com a colaboração das estagiárias Andréa de Souza e Bruna Cavalheiro. A aplicação dos questionários contou com a participação dos professores Fábio dos Santos e Antônio Farias Filho.

estudos? Estas questões orientariam uma discussão sobre o currículo escolar e suas possibilidades.

As Paradas Pedagógicas são retomadas e previstas no Calendário Escolar. As discussões ocorrem inicialmente nas áreas, com o objetivo de estabelecer algumas concepções que orientem na perspectiva de uma Reforma Curricular que abranja toda a escola. No levantamento de 2005<sup>10</sup>, 75% dos docentes se manifestaram favoráveis a uma mudança no Currículo Escolar.

Sendo assim, na primeira Parada Pedagógica, em junho, se discute: Concepção de Educação; de Currículo; Diversidade Pedagógica nos Anos Iniciais; Iniciação Científica; Interdisciplinaridade; Infância, Criança, Adolescência e Juventude(s); Alfabetização e Letramento e Formação de Leitores, que são incorporadas ao PPP.

Neste momento a *Formação de Leitores, Iniciação Científica, Interdisciplinaridade, Alfabetização e Letramento e contextualização* são definidos como ELEMENTOS ESTRUTURANTES do Currículo e incorporados ao PPP.

Na segunda Parada Pedagógica, em setembro, o foco da discussão é a Concepção de Currículo-Avaliação. Aqui surge a necessidade de se definir a avaliação e registro desta para os alunos com deficiência.

No tocante aos princípios gerais da avaliação reafirma-se o constante no Projeto Pedagógico do Colégio de Aplicação, Título III, Seção I, do Regimento.

Mais uma vez os docentes, em Reunião Geral, encaminham por mudança da RE. Na oportunidade a avaliação foi de que a Recuperação de Estudos, no modelo substitutivo da nota, fracassou na sua essência. Constituiu-se em “mais do mesmo”.

Assim, em nova avaliação a nota da RE passa a ser *substitutiva*, caso fosse maior que a média do trimestre.

A RE que deveria se voltar para os alunos com baixo rendimento, e com nota substitutiva, passou a ser aproveitada pelos alunos com rendimento melhor e que não estavam em Recuperação. A grande maioria dos que estavam em recuperação<sup>11</sup> compareciam, apenas, às vésperas da semana de provas de RE. Enfim, era o antigo Atendimento Paralelo na sua mais pura forma. A nota substitutiva, como incentivo à recuperação fracassou.

---

<sup>10</sup>Levantamento junto aos docentes e alunos quanto ao Sistema de Trimestralidade. Na oportunidade foi perguntado aos dois segmentos qual a posição quanto a uma Reforma Curricular.

<sup>11</sup>Avaliação dos docentes na Parada Pedagógica.

Outro dado significativo: os alunos que participavam das avaliações de RE nos trimestres, na grande maioria, realizavam a Prova Final. Enfim, a Recuperação não recuperava, como observado nos dados que expressam os resultados da Recuperação de Estudos, para o Ensino Médio, no ano de 2009<sup>12</sup>.

Ainda em 2009 a discussão sobre a RE toma outro rumo. O debate não mais se centra no caráter quantitativo da recuperação (nota), mas no qualitativo (aprendizagem). Reafirma-se a ideia de que esta recuperação “não pode acontecer como consequência do resultado de uma síntese da avaliação de um trimestre”, ou seja, ser o mero reflexo de uma média das avaliações trimestrais. A própria Lei de Diretrizes e Bases refere-se ao predomínio do aspecto qualitativo sobre o quantitativo.

Os segmentos são chamados a se manifestar sobre a RE e encaminham o seguinte:

- a) Anos Iniciais: mantém o modelo de Recuperação: duas aulas semanais para as disciplinas de português e matemática.
- b) Anos Finais e Ensino Médio: apresentam a proposta de uma recuperação por área de conhecimento, para funcionar a partir de 2010. Após discussão e votação, esta assume as seguintes características:
  - 1.º Recuperação por área do conhecimento, linguagens, humanas e exatas, de caráter interdisciplinar e com envolvimento de todos os docentes da área na série.
  - 2.º Centralidade no desenvolvimento de habilidades e competências e não na nota<sup>13</sup>, mas com possibilidade de alteração desta.
  - 3.º A RE deve possibilitar a alteração da nota trimestral do aluno, a partir de uma avaliação qualitativa dos docentes da área na série.
  - 4.º Fim da semana de Provas de Recuperação. A supressão desta se associa ao fim da centralidade na nota.
  - 5.º O aluno poderia realizar Provas Finais em todas as disciplinas, antes eram em apenas três disciplinas, acima disto estaria reprovado.
  - 6.º A sala de aula seria o espaço da dúvida e não a RE.

Para viabilizar esta forma de Recuperação de Estudos, as áreas definem os procedimentos na definição dos alunos em RE:

---

<sup>12</sup>Os dados para os Anos Finais do Ensino Fundamental são semelhantes, pouco diferenciando-se do Ensino Médio.

<sup>13</sup> Parecer do CNE, de 1997, referenda esta possibilidade.

1.º Os alunos em RE são indicados pelos docentes na Reunião de Série, convocada para esta finalidade.

2.º Em Reunião de Área, da série, os docentes planejarão as atividades da RE.

3.º O Coordenador de Apoio ao Ensino comunicará às famílias os alunos em RE.

Na terceira parada pedagógica, em dezembro, é feita uma avaliação do ano letivo de 2009, onde se destacou a importância das discussões realizadas nas paradas pedagógicas. Uma avaliação da RE é realizada visando diminuir dúvidas persistentes<sup>14</sup>.

Em 2010, a primeira Parada Pedagógica, 24 de maio, atendendo a solicitação dos docentes a Direção encaminha uma avaliação da RE abordando aspectos relativos ao planejamento, participação dos alunos e professores, periodicidade, seleção dos alunos, forma de convocação, avaliação das atividades, dificuldades encontradas, aspectos positivos e negativos e dúvidas existentes sobre o processo.

A partir desta avaliação, os docentes, em reuniões de áreas sugerem modificar o horário da Recuperação para 2 horas/aulas por série a cada 15 dias. Esta forma de organização da RE apresenta características distintas da anterior, nos seguintes aspectos: amplia o tempo de atendimento com os alunos de 1 para 2 horas/aulas, descongestiona o horário do turno contrário, além de se combinar com a Educação Física. Este foi o modelo que vigorou, também, em 2011.

O ano de 2010 foi marcado pela realização do concurso para professorado efetivo, que após suas idas e vindas culmina com a efetivação de todos os aprovados no referido concurso em fevereiro de 2011. Diante disto o debate curricular é suspenso, ficando para uma discussão futura. A discussão, mais uma vez, restringe-se a RE.

Em dezembro de 2011 e fevereiro de 2012, todos estão presentes e participam da última modificação da RE, novamente, retornando a ser disciplinar e não mais por área. Como encaminhamento da Reunião Geral, dezembro de 2011, uma Comissão é formada para organizar o calendário de debates sobre uma Reforma Curricular no CA.

Por fim, este sintético relato é para nos dar condições de entender todo um percurso que se fez ao caminhar, com seus acertos e erros, mas sempre sem o receio de ter tentado acertar ou errar.

No ano de 2015 o trabalho iniciou com uma análise aprofundada do Projeto Político Pedagógico da escola. A análise dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões anteriores,

---

<sup>14</sup>Apesar de toda a discussão dúvidas persistiram quanto ao funcionamento da RE.



bem como o estudo do PPP em vigor culminou na organização da Parada Pedagógica que ocorreu nos dias 25 e 26 de setembro, prevista no calendário escolar.

A referida Parada Pedagógica iniciou com uma apresentação do histórico dos trabalhos desenvolvidos pelas duas Comissões de Reforma Curricular anteriores, com o intuito de trazer à comunidade escolar os avanços realizados pelas mesmas e as indicações de possíveis reestruturações curriculares a serem desenvolvidas.

Em um segundo momento, a assembleia foi dividida em cinco grupos de trabalho, organizados a partir da divisão do próprio PPP, a saber:

- G1: Pressupostos filosóficos e metodológicos;
- G2: Unidade da diversidade: as práticas pedagógicas institucionalizadas;
- G3: Educação Inclusiva;
- G4: Sistema de Avaliação do processo ensino-aprendizagem;
- G5: Estrutura Organizacional.

Cada grupo fez a leitura atenta do que constava no PPP analisando em que medida o texto refletia a realidade vivida no colégio e que aspectos precisavam ser atualizados ou modificados no documento.

Neste trabalho, os grupos propuseram modificações para que o documento do PPP retratasse a realidade atual do CA/UFSC. Tais propostas foram apresentadas à assembleia geral no encontro do dia 26/09/15, quando foram aprovadas alterações de alguns itens do PPP.

No que se referem aos trabalhos realizados pelas comissões anteriores, percebeu-se que havia uma demanda a respeito da inserção da sétima aula na grade curricular do Ensino Médio. Tal inserção ocorreu no final do ano de 2011 em caráter emergencial, em função da obrigatoriedade de inclusão das disciplinas de filosofia e sociologia como componente curricular obrigatório nos três anos do Ensino Médio.

Com o intuito de iniciar uma reflexão sobre o tema, a presente comissão apresentou ainda na assembleia do dia 26/09, um estudo sobre a distribuição das disciplinas na grade curricular do Ensino Médio.

Para embasar a decisão sobre esse assunto, foi feita uma pesquisa com uma amostra representativa dos estudantes do Ensino Médio, para conhecer o ponto de vista dos estudantes sobre o tema. Após muita discussão e várias assembleias deliberou-se que a sétima aula se daria a partir da divisão de uma hora/aula entre duas disciplinas, compartilhando o

tempo e dividindo a turma, utilizando prioritariamente, as disciplinas que possuem maior carga horária.

Na Assembleia Geral que ocorreu no dia 1 de dezembro a Comissão de Reforma Curricular organizou um espaço para apresentação de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas no CA/UFSC com o objetivo de dar visibilidade às práticas pedagógicas desenvolvidas pelo corpo docente e discente, bem como deliberar sobre a forma de registro destas atividades no PPP.

Após as apresentações dessas atividades, a assembleia deliberou que os responsáveis por elas deveriam encaminhar, por *e-mail*, à comissão, com uma breve descrição do trabalho classificando-as em três grupos:

- 1.º Reorganização Curricular;
- 2.º Projeto de Pesquisa e/ou Extensão;
- 3.º Atividade Permanente.

Tais informações fariam parte do PPP em um item que poderia ser intitulado de *Planos de Ação*. Esta parte do trabalho não foi concluída por falta de recebimento dos relatos citados acima.

No que tange à atualização do PPP, os itens que necessitavam de outras assembleias para finalizá-la: *Unidade da diversidade: as práticas pedagógicas institucionalizadas, Sistema, avaliação do processo de ensino-aprendizagem, e Estrutura organizacional* não foram concluídos, pois não houve tempo hábil no ano de 2015 para realização de novas assembleias.

Em 2017 dando continuidade ao trabalho das comissões anteriores, a Comissão de 2017 decidiu que o objetivo central do trabalho seria estudar, analisar e discutir junto à comunidade escolar as atuais mudanças nas leis da educação brasileira, em especial as alterações da LDB e as Bases Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio.

Foi solicitado às disciplinas enviarem à comissão seus pareceres acerca dos conteúdos que diziam respeito às suas especificidades. Em agosto organizou-se uma Parada Pedagógica com a finalidade de analisar a Base Nacional Comum Curricular em dois aspectos: os fundamentos pedagógicos e as especificidades das disciplinas em suas áreas de conhecimento. Deste momento de discussão originaram-se pareceres de cada disciplina.

Em novembro ocorreu uma nova reunião com o intuito de definir o posicionamento da CA/UFSC diante da reforma proposta para o Ensino Médio. Este posicionamento foi levado por representantes do CA ao Seminário “Reformulação do Ensino Médio: a realidade

dos Colégios de Aplicação”, promovido pelo CONDICA<sub>p</sub>, e encontra-se exposto na “Ata datada de 06/11/2017 do Relatório da Comissão de Reforma Curricular 2017/2018”.

A Comissão de Reforma Curricular/Projeto Político Pedagógico 2018/2019 iniciou assumindo como atribuição a análise do Projeto Político Pedagógico verificando aqueles pontos que foram discutidos e votados em assembleias, desde o ano de 2015, mas que não estão contemplados no texto, para com isso atualizar o documento que corresponde ao atual Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação da UFSC, visando produzir um documento que retrate as discussões/decisões feitas até aqui e com base nele retomar as discussões relativas à Base Nacional Comum Curricular.